



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA

A EXPANSÃO DO MANDARIM E A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL
BRASILEIRA.

EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA

A EXPANSÃO DO MANDARIM E A INTERNACIONALIZAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
FEDERAL BRASILEIRA.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador(a): Profa Dra. Andréa Silva Ponte

JOÃO PESSOA
2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Eduardo Oliveira da.

A expansão do mandarim e a internacionalização
universitária: um estudo de caso em uma universidade
pública federal brasileira / Eduardo Oliveira da Silva.
- João Pessoa, 2026.
59 f. : il.

Orientação: Andrea Silva Ponte.
Coorientação: Vanessa Horacio Lira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Internacionalização. 2. Políticas linguísticas.
3. Ensino superior. 4. Mandarim. I. Ponte, Andrea
Silva. II. Lira, Vanessa Horacio. III. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA

"A EXPANSÃO DO MANDARIM E A INTERNACIONALIZAÇÃO
UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA"

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB), como requisito parcial para
obtenção do grau de bacharel(a) em
Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 30 de Julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 ANDREA SILVA PONTE
Data: 31/07/2026 10:28:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Andréa Silva Ponte - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 MOJANA VARGAS CORREIA DA SILVA
Data: 30/07/2026 23:08:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Mojana Vargas Correia da Silva - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 ANA BERENICE PERES MARTORELLI
Data: 31/07/2026 18:19:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Ana Berenice Peres Martorelli - (Membro 3)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e familiares.

À professora Andrea Ponte por ter aceitado a missão de orientação do trabalho. Além disso, pela paciência, disponibilidade e contribuições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

À Professora Vanessa Lira por ter sido extremamente humana, compreensiva e flexível durante a disciplina de trabalho de conclusão de curso de Relações Internacionais, sem isso, não sei se conseguiria chegar a essa etapa. Agradeço também por ter aceitado a coorientação e por toda a orientação prestada em relação as burocracias institucionais.

Às professoras Ana Berenice e Mojana Vargas que são integrantes da banca examinadora, por aceitarem o convite, pela análise e pelas observações que certamente enriquecerão o trabalho.

Aos amigos do grupo Écripsy.

Aos amigos Marciel, Jéssica e Danielly e a todos os outros pelo suporte e que de alguma forma contribuíram com o trabalho.

Ao meu cachorrinho de estimação Golias que tem sido o meu grande amigo e suporte emocional incondicional desde 2020.

RESUMO

Os avanços no processo da globalização ao longo do século XX trouxeram novos cenários impostos às instituições de ensino superior, entre eles a internacionalização (Knight 2004; Morosini, 2019). Com o aumento da presença chinesa no mundo e na América Latina, o mandarim passa a ganhar relevância enquanto instrumento estratégico de cooperação e formação acadêmica. Por isso, o presente trabalho de conclusão de curso buscou analisar a inserção do ensino de mandarim nas estratégias de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tomando como referência suas políticas linguísticas, os documentos institucionais e as ações de cooperação acadêmica estabelecidas com instituições chinesas. No trabalho, partimos do pressuposto de que a presença do mandarim na universidade ocorre fruto de um novo olhar para com as relações sino-brasileiras e também como resposta ao cenário internacional em que as estratégias de projeção cultural e educacional da China estão inseridas. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em pesquisa documental. O corpus de análise é composto por resoluções, políticas institucionais, acordos de cooperação e demais documentos produzidos pela UFPB relacionados à internacionalização e às políticas linguísticas. A discussão é sustentada por referenciais teóricos que abordam a internacionalização da educação superior, a política e o planejamento linguístico (Cooper, 1989), o *soft power* (Nye, 2023) e a diplomacia acadêmica. Os resultados indicam que, apesar da resolução de internacionalização da UFPB ser razoavelmente recente, através dela foram estabelecidas condições normativas que favorecem a ampliação do repertório linguístico institucional, sobretudo a partir da institucionalização da Agência de Cooperação Internacional, e da posterior resolução de Política Linguística da UFPB. Através da ACI, os documentos estabeleceram as condições normativas que favorecem a ampliação do repertório linguístico institucional e a incorporação de novos idiomas às ações de ensino, pesquisa e extensão. Nesse cenário, a oferta de mandarim surge enquanto articulação entre demandas institucionais da universidade e iniciativas de cooperação desenvolvidas universidades chinesas evidenciando o papel da língua como elemento estratégico dos processos de internacionalização e refletindo as atuais relações amistosas sino-brasileiras. Conclui-se que a expansão do mandarim na UFPB representa uma manifestação das políticas linguísticas voltadas à internacionalização universitária, contribuindo para a diversificação das oportunidades de formação, e o mandarim entra enquanto uma alternativa para construção de uma universidade multilíngue e também um meio de aproximação das relações no cone Sul-Sul fortalecendo as redes de cooperação acadêmica e ampliando a internacionalização da instituição para além do eixo americano-europeu.

Palavras-chave: Internacionalização; Ensino Superior; Políticas Linguísticas; Mandarim.

ABSTRACT

The advances in the process of globalization throughout the 20th century brought new scenarios for higher education institutions, including internationalization. With the growing Chinese presence in the world and in Latin America, Mandarin has gained relevance as a strategic instrument for cooperation and academic training. Thus, This study aimed to analyze the incorporation of Mandarin teaching into the internationalization strategies of the Federal University of Paraíba (UFPB), taking as reference its language policies, institutional documents, and academic cooperation actions established with Chinese institutions. The study assumed that the presence of Mandarin at the university results from a new perspective on Sino-Brazilian relations and also to the international context in which China's cultural and educational projection strategies are embedded. Methodologically, the research is qualitative, exploratory, and descriptive in nature, grounded in documentary research. The analytical corpus consists of resolutions, institutional policies, cooperation agreements and other documents produced by UFPB related to internationalization and language policies. The discussion is supported by theoretical frames addressing the internationalization of higher education, language policy and planning, soft power, and academic diplomacy. The results found indicate that, although UFPB's internationalization resolution is relatively recent, it has established normative conditions that favor the expansion of the institution's linguistic repertoire, especially through the institutionalization of the International Cooperation Agency (ACI) and the subsequent Language Policy resolution at UFPB. Through the International Cooperation Agency (ACI), the documents have established normative conditions that favor the expansion of the institutional linguistic repertoire and the incorporation of new languages into teaching, research, and outreach activities. In this context, the offer of Mandarin emerges as an articulation between the university's institutional demands and cooperation initiatives developed with Chinese universities, highlighting the role of language as a strategic element in internationalization processes and reflecting current friendly Sino-Brazilian relations. So, in this study we can conclude that the expansion of Mandarin at UFPB represents a manifestation of language policies aimed at university internationalization, contributing to the diversification of training opportunities, and that Mandarin emerges as an alternative for building a multilingual university and as a means of strengthening South-South relations, reinforcing academic cooperation networks and expanding the institution's international reach beyond the American-European axis.

Keywords: Internationalization; Higher Education; Language Policy; Mandarin Chinese.

Declaração de forma de uso da IA

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial exclusivamente como apoio às atividades de busca, organização e revisão do texto e construção do resumo-abstract. Plataformas como o Elicit e o ResearchRabbit foram empregadas para auxiliar na identificação de estudos relevantes e recentes relacionados ao tema investigado, durante os meses de junho e julho de 2026 contribuindo para a ampliação e o refinamento do levantamento bibliográfico.

Assim como também o ChatGPT em julho de 2026 que foi utilizado como ferramenta de apoio para revisão da redação, reorganização de ideias e aprimoramento da clareza textual em trechos específicos do manuscrito. Na etapa de considerações finais houve utilização de textos produzidos através de escrita assistida que ajudaram no processo de reescrita e melhor concatenação de ideias, mas não como substituição da produção intelectual do autor.

Todas as interpretações, análises e conclusões apresentadas neste trabalho são de responsabilidade do autor. As referências bibliográficas foram selecionadas e verificadas diretamente nas fontes originais, não tendo sido incorporadas citações sugeridas por ferramentas de inteligência artificial sem a devida conferência do documento de origem.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	13
2.1 As relações Brasil-China nas últimas décadas.....	15
2.2 Internacionalização do ensino superior e cooperação acadêmica.....	18
3 A EXPANSÃO DO MANDARIM COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA.....	23
3.1 Internacionalização, política e planejamento linguístico.....	23
3.2 Institutos Confúcio e Salas Confúcio.....	27
4 A EXPANSÃO DO MANDARIM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	34
4.1 A política de internacionalização da UFPB (Resoluções)	34
4.2 A política linguística institucional (Resolução da Política Linguística)	39
4.3 Ações de cooperação, promoção do mandarim e planejamento linguístico entre UFPB e China.	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

O processo de globalização tem reconfigurado o papel do conhecimento e da educação superior nas sociedades contemporâneas (Altbach et al., 2009), recolocando universidades e sistemas de pesquisa no centro de dinâmicas marcadas por fluxos transnacionais, interdependência e disputa/cooperação em torno da inovação e da produção científica. Esse contexto amplia a demanda por formação de sujeitos capazes de atuar em ambientes interdependentes e em ecossistemas baseados em informação e inovação. Por isso, a internacionalização do ensino superior vem se consolidando nas últimas décadas não como um conjunto de ações pontuais, mas como um eixo estratégico de desenvolvimento acadêmico-institucional, ao integrar dimensões internacionais e interculturais às missões de ensino, pesquisa e extensão. Assim, diversas universidades no Brasil e no mundo têm buscado estabelecer parcerias, ampliar a mobilidade acadêmica e promover ações de cooperação internacional, tanto para responder a essas exigências quanto para fortalecer sua inserção no cenário global. Hoje, internacionalização e globalização andam lado a lado conforme (Morosini, 2019) a principal razão do interesse pela internacionalização da educação superior veio com a globalização e esses conceitos estão intimamente ligados.

No Brasil, a internacionalização passou a integrar políticas institucionais de forma mais estruturada, sobretudo a partir dos anos 2000, impulsionada também pela busca de maior competitividade científica e políticas linguísticas voltadas à internacionalização. Nesse movimento, destacaram-se programas como o Ciências sem Fronteiras (2011–2017) e o Inglês sem Fronteiras, que posteriormente viria a ser ampliado para Idiomas sem Fronteiras (2014–presente) visando o fomento ao aprendizado de línguas estrangeiras, além de iniciativas locais no âmbito das Instituições de Ensino Superior voltadas ao fomento de redes, projetos e formação articuladas aos pilares de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse cenário, a aproximação do Brasil com o BRICS¹ e o adensamento das relações Brasil e China têm ampliado as possibilidades de cooperação. Com o estreitamento da língua, as áreas de ensino pesquisa e extensão, que são inerentes ao ensino superior, também têm se estreitado assim como as relações comerciais. A

¹ O BRICS é um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global.

intensificação dessas relações nas últimas duas décadas tem estimulado universidades brasileiras a desenvolverem programas de cooperação, projetos conjuntos e intercâmbios, favorecendo o diálogo acadêmico e cultural sino-brasileiro.

O adensamento das relações entre Brasil e China trouxe a assinatura de documentos importantes como o plano de ação conjunta 2010-2014, assinado pelos então presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao. O documento traz posições importantes na área de educação superior como parcerias entre a China Scholarship Council (CSC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o oferecimento de bolsas, ensino de línguas etc. e nessa seara de aproximação entre os dois países dá-se início à expansão do idioma Mandarim no país, sobretudo, através dos institutos Confúcio que até à época só existiam na UNESP e UNB².

Conforme (Paulino, 2019) observa-se um interesse crescente pela aprendizagem do idioma chinês em território brasileiro, tendo em vista que as dificuldades linguísticas têm se configurado como um dos principais entraves ao avanço mais expressivo da cooperação entre os dois países, especialmente nos domínios cultural, acadêmico e científico. No contexto de internacionalização e do movimento de expansão do mandarim em universidades brasileiras e, a Universidade Federal da Paraíba passou a desenvolver aulas no idioma e o crescente aumento na demanda por parte dos estudantes pode refletir uma nova percepção em relação à China. Essa expansão ensino do mandarim no Brasil é fruto de uma nova política externa por parte do governo brasileiro e pode ser interpretada enquanto a adoção de uma nova política linguística em relação ao idioma, ao passo que também é uma política externa da China uma vez que o país passa também passa a divulgar sua língua internacionalmente, à luz dos estudos de Cooper (Cooper, 1989) podemos compreender a mudança de postura dos dois países enquanto a atribuição de um novo *status* ao mandarim e também enquanto uma nova postura em relação ao ensino da língua enquanto forma de *soft power* chinês (Nye, 2023). Esse movimento acompanha uma tendência mais ampla: assim como o inglês se consolidou como língua central na internacionalização acadêmica ao longo do século XX por conta de seu *status*, podemos agora perceber esse movimento em relação ao mandarim, tendo em vista a atual posição da China no cenário mundial, especialmente quando associado a parcerias geopolíticas e à cooperação Sul–Sul entre Brasil e China.

² UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA e UNIVERSIDADE DE BRASILIA.

Por isso, a presente pesquisa pretende investigar como a expansão do mandarim se materializa nas estratégias de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba, a partir de suas políticas linguísticas e documentos institucionais, no período de 2022 a 2026?

Para responder à pergunta de pesquisa, o presente trabalho se desdobra no seguinte objetivo geral: Analisar como a expansão do mandarim se insere nas estratégias de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba, a partir das políticas linguísticas, dos documentos institucionais e das ações de cooperação acadêmica desenvolvidas entre 2020 e 2026.

Objetivos específicos:

- Mapear os documentos institucionais que regulamentam a política de internacionalização e a política linguística da Universidade Federal da Paraíba;
- Identificar as ações de cooperação acadêmica estabelecidas entre a UFPB e instituições chinesas no período de 2022 a 2026;
- Descrever a implantação e o desenvolvimento das iniciativas voltadas à oferta do mandarim na UFPB e promoção da cultura chinesa, considerando documentos institucionais e dados administrativos disponíveis.
- Analisar como a expansão do mandarim se articula às estratégias de internacionalização da UFPB à luz dos estudos sobre internacionalização do Ensino Superior e política linguística.

Para a consecução desta pesquisa, será adotada uma abordagem qualitativa (Denzin; Lincoln, 2005), de caráter exploratório e descritivo. Para a coleta de dados, será mobilizada a pesquisa documental (Lakatos e Marconi, 2003), voltada ao exame de resoluções, relatórios e editais estabelecidos e geridos pela UFPB e através da Agência de Cooperação Internacional (ACI) durante o período de 2022 a 2026, documentos esses que se configuram enquanto fonte primária para nossa pesquisa, na busca de apreender as perspectivas acerca das estratégias de internacionalização universitária da UFPB no contexto das relações sino-brasileiras.

A pesquisa se justifica no âmbito da UFPB, pois já foram desenvolvidos trabalhos que versam acerca do ensino de línguas e processo de internacionalização, bem como trabalhos que versam acerca da importância de outros idiomas para além do inglês, mas todos os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito dos cursos de Letras e Línguas

Estrangeiras Aplicadas à Negociações Internacionais (LEANI), no entanto, no curso de Relações Internacionais (UFPB) as pesquisas sobre internacionalização e educação são incipientes e ainda conforme destaca (Rocha, 2023) que diversas pesquisas são desenvolvidas sobre internacionalização do ensino superior em diversas áreas de conhecimento, mas essas são escassas na área de Relações Internacionais quando pensamos em relação à sua relevância. Além das justificativas apresentadas anteriormente, a presente pesquisa ao discutir língua e internacionalização, inevitavelmente debaterá também questões de poder, pois sabemos que, sob essa ótica, a ascensão da China enquanto potência internacional é fruto de constantes tensões geopolíticas, econômicas (Nye, 2023) e linguísticas com outra potência mundial que são os Estados Unidos.

Para além disso, a pesquisa surge também do interesse pessoal em relação à internacionalização, mais precisamente, em relação à China, após realização estágio supervisionado na ACI (assessoria de cooperação internacional – UFPB) durante o ano de 2022 onde houve uma percepção do crescente interesse pela comunidade acadêmica no idioma mandarim.

Ademais, além deste capítulo introdutório, nosso trabalho contará com mais 04 capítulos. Sendo o segundo um panorama cronológico das relações sino-brasileiras (1974-2024) nos âmbitos econômicos e geopolítico. No terceiro capítulo, apresentaremos o referencial teórico acerca de duas temáticas a saber: internacionalização do ensino superior e política linguística, sendo essas o norte teórico da pesquisa. O quarto capítulo consistirá em um pequeno histórico das relações da China com as Universidades brasileiras, a partir da chegada do Instituto Confúcio (2008). E, por fim, nos debruçaremos sobre nossa análise, bem como resultados obtidos; e as conclusões e sugestões de pesquisa.

2 RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS E INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

2.1 As relações Brasil-China nas últimas décadas

Para compreender a expansão recente da cooperação entre Brasil e China, faz-se necessário retomar alguns acontecimentos que marcaram a consolidação das relações entre os dois países nas últimas décadas. Como recorte histórico, adotamos o ano de 1974, por representar um momento de inflexão nas relações diplomáticas sino-brasileiras e inaugurar um novo ciclo de aproximação política, econômica e, posteriormente, acadêmica.

O marco temporal adotado justifica-se por dois acontecimentos centrais. O primeiro foi o discurso de Deng Xiaoping na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no qual apresentou a Teoria dos Três Mundos (Deng, 1974), refletindo a estratégia internacional assumida pela República Popular da China naquele contexto. O segundo foi o reconhecimento, por parte da República Federativa do Brasil, da legitimidade da República Popular da China (RPC) como representante oficial do Estado chinês, rompendo as relações diplomáticas com o governo sediado em Taiwan. Em consonância com o princípio de "Uma Só China", o governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com Pequim, inaugurando, em 1975, a Embaixada do Brasil na capital chinesa, enquanto a China instalou sua representação diplomática em Brasília no mesmo ano.

Esse reposicionamento representou um marco para a política externa brasileira. Embora tardio, considerando que, naquele momento, 101 países já reconheciam a República Popular da China, frente a apenas 39 que ainda mantinham relações oficiais com Taiwan (SPIC, 2024), a decisão integrou a política do chamado "pragmatismo responsável" do governo Geisel (Becard, 2008). Essa orientação buscava diversificar as relações econômico-diplomáticas brasileiras, reduzir o alinhamento automático aos Estados Unidos e ampliar a inserção internacional do país em um contexto marcado pela bipolaridade da Guerra Fria. Em depoimento gravado e reproduzido em (SPIC, 2024) Ernesto Geisel (1974) sintetiza essa orientação ao afirmar:

a política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos. Sei que a política americana nos levava a isso, mas tínhamos que ter um pouco mais de soberania, um pouco mais de independência, e não sermos subservientes em relação aos Estados Unidos. Nossa política tinha que ser pragmática, mas também

responsável. O que fizessemos tinha que ser feito com convicção e no interesse do Brasil, sem dubiedades (Geisel, *apud* Spic, 2024, p.25)

Ainda durante a década de 1970, as relações sino-brasileiras começaram a ultrapassar o campo estritamente diplomático e passaram a incorporar uma dimensão econômica. Em 1978, os dois países celebraram um acordo comercial que possibilitou a ampliação das exportações brasileiras, especialmente de commodities, movimento reforçado no ano seguinte com a assinatura de um acordo bilateral marítimo. Esses instrumentos inauguraram um processo de aproximação econômica que serviria de base para a ampliação da cooperação nas décadas seguintes.

Na década de 1980, esse processo foi aprofundado em um contexto internacional marcado por dificuldades econômicas e pela adoção de medidas protecionistas por parte dos Estados Unidos e de países europeus. Diante desse cenário, Brasil e China fortaleceram sua cooperação bilateral por meio da celebração de mais de vinte acordos em diferentes áreas. Entre eles, destacam-se o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982), a visita oficial do presidente João Figueiredo à China, em 1984, primeira realizada por um chefe de Estado brasileiro, o acordo para cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear, firmado em 1985, e, posteriormente, o estabelecimento do Programa China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS), em 1988, durante a visita do presidente José Sarney. Esse programa, que permanece em funcionamento por meio dos satélites CBERS-5 e CBERS-6, representa um dos principais marcos da cooperação científica e tecnológica entre os dois países.

Na década de 1990, as relações sino-brasileiras deixaram de se restringir à cooperação bilateral e passaram a se inserir em um contexto mais amplo de integração regional e de fortalecimento das relações Sul-Sul. Esse período foi marcado pela visita do presidente Yang Shangkun, da República Popular da China, ao Brasil, ao mesmo tempo em que o país consolidava sua estratégia de integração regional com a criação do MERCOSUL. Paralelamente, a China intensificava sua aproximação com os países latino-americanos por meio da expansão de suas relações comerciais para além da Ásia, fortalecendo uma agenda de cooperação Sul-Sul (Becard, 2008).

Ao longo da década, essa aproximação foi acompanhada pela ampliação da presença institucional dos dois países, com a inauguração do Consulado-Geral da China no Rio de Janeiro e do Consulado-Geral do Brasil em Xangai, ambos em 1994, ao mesmo tempo em que a balança comercial alcançava novos patamares de crescimento. Em 1995,

a continuidade desse movimento foi reforçada pelas visitas do presidente Fernando Henrique Cardoso à China e do primeiro-ministro Li Peng ao Brasil. Já em 1999, Brasil e China passaram a integrar o G20, ampliando sua atuação conjunta em fóruns internacionais. Assim, a década encerra-se com uma relação bilateral mais consolidada, sustentada pela intensificação das trocas comerciais, da cooperação tecnológica e dos contatos políticos de alto nível, criando as bases para o aprofundamento da parceria estratégica observado no início do século XXI.

Os anos 2000 marcam um novo momento nas relações sino-brasileiras, impulsionado tanto pela ascensão da China no cenário internacional quanto pela reorientação da política externa brasileira. Ao longo das últimas décadas, a China consolidou o modelo que a literatura denomina de economia socialista de mercado, considerado uma experiência de desenvolvimento até então inédita (Silva, 2020). Nesse contexto, um dos acontecimentos mais relevantes foi sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, marco que consolidou sua inserção na economia internacional. Ao aderir ao sistema multilateral de comércio, o país passou a operar sob regras comuns, ampliando a previsibilidade jurídica de suas relações comerciais, fortalecendo a confiança de parceiros internacionais e acelerando sua integração aos mercados globais (Silva, 2024).

No Brasil, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, também representou uma inflexão na política externa. A adoção de uma estratégia mais universalista, voltada à diversificação de parcerias internacionais (Leite, 2013), conferiu à China posição de destaque na agenda diplomática brasileira. Esse movimento foi consolidado com a visita presidencial à China, em 2004, durante as comemorações dos trinta anos das relações diplomáticas entre os dois países. Na ocasião, foram assinados diversos instrumentos de cooperação e criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), responsável por coordenar o diálogo bilateral em áreas estratégicas como comércio, ciência, tecnologia, agricultura, investimentos e inovação. Desde então, a COSBAN consolidou-se como um dos principais mecanismos institucionais da parceria entre Brasil e China, mantendo-se ativa por meio de subcomissões e grupos de trabalho especializados.

Entre 2004 e 2010, a aproximação entre os dois países tornou-se ainda mais intensa. O comércio bilateral apresentou crescimento expressivo e, após a crise financeira internacional de 2008, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, posição alcançada em 2009. No ano seguinte, o país asiático ultrapassou o Japão em participação

no Produto Interno Bruto (PIB) mundial, consolidando-se como a segunda maior economia do planeta. A partir desse período, as relações sino-brasileiras deixaram de representar apenas uma parceria promissora e passaram a assumir caráter estratégico para a política externa e para a economia brasileira. A ampliação do comércio, a institucionalização da cooperação e o fortalecimento das relações em áreas como energia, infraestrutura, ciência, tecnologia e sustentabilidade consolidaram uma relação de crescente interdependência, ao mesmo tempo em que reforçaram a inserção internacional do Brasil por meio das exportações de commodities (SPIC, 2024).

Ainda no início da década de 2010, a relação sino-brasileira passou a ser estruturada por um conjunto de instrumentos institucionais voltados à cooperação de longo prazo. Em abril de 2010, durante a visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil, por ocasião da II Cúpula do BRICS, em Brasília, foi assinado o primeiro Plano de Ação Conjunta entre os dois países. Na sequência, em 2012, foi lançado o Plano Decenal de Cooperação (2012–2021) e a relação bilateral foi elevada ao nível de Parceria Estratégica Global. Esses avanços evidenciam que Brasil e China deixaram de se reconhecer apenas como parceiros comerciais e passaram a atuar como atores estratégicos em áreas como desenvolvimento, inovação, ciência, tecnologia, sustentabilidade e governança internacional.

Ao longo da década, essa aproximação continuou a se fortalecer tanto no plano político quanto no econômico. A balança comercial entre os dois países apresentou crescimento contínuo e, em 2014, durante a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, novos acordos foram firmados em áreas como aviação civil e energia, ampliando ainda mais a cooperação bilateral. Na segunda metade da década (2015–2020), mesmo diante da crise econômica e da instabilidade política brasileira, marcada pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, a parceria sino-brasileira manteve-se estável. Conforme destacam (Silva et al. 2024), essa continuidade foi favorecida pela consolidação de mecanismos institucionais, como planos de ação, comissões e fóruns permanentes de diálogo. Em 2015, a assinatura do segundo Plano de Ação Conjunta (2015–2021) reforçou essa estrutura de cooperação, garantindo maior estabilidade às relações bilaterais mesmo em um cenário doméstico adverso. Paralelamente, observou-se a ampliação da presença de empresas chinesas no Brasil, especialmente nos setores de energia, infraestrutura e telecomunicações.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, as relações entre Brasil e China foram marcadas por uma dinâmica contraditória, na qual conviveram uma retórica diplomática

frequentemente crítica e a manutenção de uma parceria econômica considerada estratégica. Essa dualidade pode ser compreendida a partir da inserção internacional do Brasil em um contexto de crescente rivalidade entre Estados Unidos e China, bem como pelo alinhamento político do governo brasileiro à política externa norte-americana. Em 2020, a pandemia da Covid-19 evidenciou ainda mais a dependência das cadeias produtivas globais em relação à China, ao mesmo tempo em que reforçou sua posição como principal parceiro comercial e fornecedor de insumos estratégicos para diversos países, incluindo o Brasil.

Nesse contexto, a política externa brasileira passou a oscilar entre posicionamentos ideológicos e os constrangimentos impostos pela interdependência econômica. Essa tensão foi evidenciada por episódios amplamente divulgados pela mídia, como as declarações do então deputado Eduardo Bolsonaro sobre a tecnologia 5G chinesa e os pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro relacionando a origem da Covid-19 à China, produzindo sucessivos ruídos diplomáticos entre os dois países.

Apesar dessas tensões, conforme destaca (Silva, 2024), a dimensão econômica da relação sino-brasileira permaneceu praticamente inalterada. Desde a visita oficial de Jair Bolsonaro à China, em 2019, ficou evidente que, embora existissem divergências político-ideológicas, a parceria bilateral continuava sendo estratégica para o Brasil. A continuidade do comércio e dos investimentos demonstrou que os interesses econômicos prevaleceram sobre os conflitos diplomáticos, preservando a centralidade da China na política comercial brasileira.

Dessa forma, ao longo das últimas cinco décadas, as relações sino-brasileiras evoluíram de um processo inicial de reconhecimento diplomático para uma parceria estratégica sustentada por cooperação política, econômica, científica e tecnológica. A crescente projeção internacional da China e o fortalecimento de seus vínculos com o Brasil ampliaram significativamente as possibilidades de cooperação entre os dois países, criando condições para que essa aproximação também alcançasse o campo da educação superior.

Nesse contexto, a intensificação das relações sino-brasileiras não se restringiu aos campos diplomático e econômico. O fortalecimento da cooperação entre os dois países também alcançou a ciência, a tecnologia e a educação superior, favorecendo a criação de acordos interinstitucionais, programas de mobilidade acadêmica e iniciativas voltadas à promoção da língua e da cultura chinesas em universidades brasileiras. Assim, compreender o processo de internacionalização do ensino superior e o papel da

cooperação acadêmica torna-se fundamental para analisar como a expansão do mandarim passou a integrar as estratégias de internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, tema discutido na seção seguinte.

2.2 Internacionalização do Ensino Superior e cooperação acadêmica

A internacionalização do ensino superior consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais eixos de transformação das universidades contemporâneas, configurando-se como um campo de estudos interdisciplinar que mobiliza diferentes áreas do conhecimento, entre elas a educação, as relações internacionais, a sociologia, as políticas públicas e a política externa. Embora suas primeiras manifestações estivessem fortemente associadas à mobilidade acadêmica e às iniciativas de cooperação internacional, a internacionalização passou a ser compreendida como um processo estratégico que integra dimensões internacionais, interculturais e globais às funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária (Knight, 2020; De Wit; Altbach, 2021). Mais recentemente, esse conceito tem sido ampliado para contemplar diferentes racionalidades políticas, econômicas e sociais que orientam as estratégias de internacionalização em distintos contextos nacionais, evidenciando que se trata de um fenômeno dinâmico e em constante redefinição (de Wit, 2021; Kapfudzaruwa, 2024). Nesse contexto, compreender sua evolução histórica e seus principais referenciais teóricos torna-se fundamental para analisar como as políticas de cooperação acadêmica e de promoção de línguas passaram a integrar as estratégias de internacionalização das instituições de ensino superior.

Ao analisar a evolução da internacionalização do ensino superior, (De Wit, 2001) demonstra que esse processo não surgiu de forma repentina, mas resulta de transformações históricas intensificadas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, aquilo que inicialmente era compreendido como um conjunto de iniciativas dispersas de educação internacional passou, gradativamente, a constituir um processo estratégico vinculado à globalização, à regionalização e à crescente integração entre os sistemas nacionais de ensino superior. Nesse contexto, a expansão da mobilidade acadêmica, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais e a consolidação do inglês como língua franca da produção científica passaram a integrar estratégias voltadas à formação de capital humano, à competitividade internacional e ao fortalecimento institucional das universidades (De Wit, 2001). Com o fim da Guerra Fria e o avanço da

globalização, a internacionalização deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de ações isoladas e passa a constituir um campo consolidado de pesquisa e de gestão universitária, fortemente influenciado pelas dinâmicas de cooperação e competição que caracterizam o ensino superior contemporâneo.

A consolidação da internacionalização como estratégia institucional também pode ser compreendida a partir das transformações provocadas pela globalização. No campo da sociologia, (Barbosa e Neves, 2020) argumentam que a intensificação dos fluxos econômicos, tecnológicos e científicos ampliou a necessidade de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), tornando-a um elemento estratégico para o fortalecimento da competitividade científica, tecnológica e econômica dos países. Nessa perspectiva, a internacionalização deixa de representar apenas uma oportunidade de cooperação acadêmica e passa a integrar políticas voltadas à produção do conhecimento, à inovação e ao desenvolvimento nacional.

Sob outra perspectiva, (Khomyakov et al., 2020) compreendem a internacionalização como um fenômeno fortemente influenciado pelas dinâmicas neoliberais que permeiam o ensino superior contemporâneo. Segundo os autores, as universidades passaram a utilizar a internacionalização como mecanismo de inserção em rankings internacionais, de ampliação de sua visibilidade científica e de fortalecimento de sua competitividade institucional. No contexto do nosso país, essa lógica também pode ser observada nas diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que considera o grau de internacionalização dos programas de pós-graduação como um dos critérios para a atribuição dos conceitos mais elevados. Apesar dessa tendência competitiva, os autores defendem que a cooperação Sul-Sul constitui uma alternativa capaz de ampliar a internacionalização para além das disputas por posicionamento internacional, favorecendo a construção de redes colaborativas voltadas à produção científica e ao enfrentamento de desafios comuns entre países emergentes, especialmente no âmbito do BRICS.

No campo das Relações Internacionais, a internacionalização do ensino superior também é compreendida como um instrumento estratégico de inserção internacional dos Estados. (Rocha, 2023) argumenta que as Instituições de Ensino Superior passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante na condução da chamada diplomacia acadêmica internacional, conceito que amplia as funções tradicionais da universidade e propõe sua atuação como um quarto pilar institucional, para além do ensino, da pesquisa e da extensão. Nessa perspectiva, as universidades deixam de ser apenas espaços de

produção do conhecimento e passam a atuar como agentes capazes de fortalecer redes internacionais de cooperação, intercâmbio científico e aproximação entre países.

Essa compreensão dialoga diretamente com o conceito de *soft power*, desenvolvido por (Nye, 2004; 2023), segundo o qual a capacidade de influência de um país pode ser exercida não apenas por meios econômicos ou militares, mas também por instrumentos de atração cultural, científica e educacional. Assim, a cooperação universitária, a circulação de pesquisadores, a promoção de línguas e o intercâmbio acadêmico passam a integrar estratégias mais amplas de projeção internacional. Nessa mesma direção, (Moreira 2018) compreende a internacionalização como uma estratégia de inserção dos Estados em um cenário internacional multipolar. Ao analisar as políticas de internacionalização do ensino superior adotadas pelos países do BRICS durante os governos Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), a autora demonstra que a cooperação acadêmica passou a ocupar posição estratégica na política externa brasileira, contribuindo para o fortalecimento das relações internacionais e para a diversificação das parcerias estabelecidas pelo país.

Diante dessas diferentes perspectivas, esta pesquisa adota a concepção de internacionalização proposta por Jane Knight (2020), que a define como o processo de integração de dimensões internacionais, interculturais e globais às finalidades, funções e oferta das instituições de educação superior. Para a autora, a internacionalização deve ser compreendida como um processo contextualizado, construído a partir das prioridades e necessidades de cada instituição, e não como a simples reprodução de modelos internacionais. Nessa direção, Knight (2020) também critica a crescente mercantilização da internacionalização, ao afirmar que esse processo deixou de estar fundamentado predominantemente em valores de cooperação, intercâmbio e benefícios mútuos para incorporar, cada vez mais, lógicas de competição, comercialização e busca por prestígio institucional.

No contexto latino-americano, e particularmente no Brasil, Morosini (2006) amplia esse debate ao evidenciar que a internacionalização das instituições públicas de ensino superior ocorre sob condicionantes históricos, políticos, econômicos e culturais distintos daqueles observados nos países centrais. A autora argumenta que a adoção de modelos de internacionalização importados tende a desconsiderar as especificidades da realidade latino-americana, reforçando processos seletivos e assimétricos de inserção internacional. Em contraposição, defende a construção de estratégias de

internacionalização pautadas na cooperação acadêmica, na produção compartilhada do conhecimento e no reconhecimento das demandas e potencialidades locais.

Em trabalhos mais recentes, (Morosini, 2019) propõe diferentes possibilidades de internacionalização das universidades, destacando quatro perspectivas complementares: a internacionalização integral (*comprehensive internationalization*), a internacionalização do currículo (*internationalization of the curriculum*), a internacionalização transfronteiriça (*cross-border education*) e a internacionalização em casa (*internationalization at home*).

Essas abordagens evidenciam que a internacionalização ultrapassa a mobilidade internacional e passa a envolver mudanças institucionais, curriculares e linguísticas capazes de ampliar a inserção internacional das universidades mesmo sem o deslocamento físico de estudantes e pesquisadores.

Nessa mesma direção, (Knight, 2020) destaca que a internacionalização deve ser compreendida como um processo multidimensional, cuja efetividade não pode ser avaliada exclusivamente pelos indicadores de mobilidade acadêmica. Para a autora, aspectos como a presença de estudantes e pesquisadores estrangeiros, o desenvolvimento de pesquisas em cooperação internacional, a participação em redes acadêmicas, a internacionalização do currículo e a circulação da produção científica em diferentes idiomas constituem dimensões igualmente relevantes para a consolidação de uma universidade internacionalizada. Dessa forma, a internacionalização deixa de representar apenas a circulação de pessoas e passa a envolver a construção de políticas institucionais capazes de integrar dimensões acadêmicas, culturais e linguísticas ao cotidiano universitário.

Entre essas dimensões institucionais, as políticas linguísticas assumem papel estratégico ao viabilizar a comunicação acadêmica, a cooperação científica e a formação intercultural necessárias aos processos de internacionalização. Nesse contexto, a promoção de línguas estrangeiras deixa de ser compreendida apenas como uma ação educacional e passa a integrar estratégias mais amplas de inserção internacional das universidades e dos próprios Estados. É nessa perspectiva que a expansão do mandarim ganha relevância, podendo ser analisada não apenas como resultado do crescente protagonismo internacional da China, mas também como expressão de uma política linguística articulada aos seus objetivos de cooperação acadêmica e projeção internacional. Por essa razão, o capítulo seguinte discute os fundamentos da política e do

planejamento linguístico, bem como o processo de expansão internacional do mandarim e o papel desempenhado pelos Institutos Confúcio e pelas Salas Confúcio nesse cenário.

3 A EXPANSÃO DO MANDARIM COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA

3.1 Internacionalização, política e planejamento linguístico

Embora a internacionalização do ensino superior seja frequentemente associada à mobilidade acadêmica, à cooperação científica e ao estabelecimento de redes internacionais de pesquisa (Knight, 2020), esses processos dificilmente se sustentam sem uma infraestrutura linguística capaz de viabilizar a circulação de pessoas, conhecimentos e práticas acadêmicas. Nesse sentido, as línguas deixam de ocupar uma posição meramente instrumental e passam a constituir elementos estratégicos da própria internacionalização, influenciando tanto as formas de produção e circulação do conhecimento quanto as possibilidades de inserção internacional de universidades e Estados.

Essa constatação evidencia que internacionalizar não significa apenas ampliar acordos institucionais ou incentivar intercâmbios acadêmicos. Significa, igualmente, segundo (Ponte, 2022) definir quais línguas serão institucionalmente promovidas, quais competências linguísticas serão valorizadas e quais repertórios culturais serão incorporados às estratégias de cooperação internacional na busca de um modelo de internacionalização multilíngue. Assim, toda política de internacionalização pressupõe, explícita ou implicitamente, uma política linguística.

No contexto brasileiro, essa relação torna-se particularmente evidente nas políticas federais de internacionalização implementadas nas últimas décadas. Ao analisarem programas como o Ciências sem Fronteiras (CSF) e o Idiomas sem Fronteiras (IsF), (Finardi e Archanjo, 2015) demonstram que a formação linguística deixou de ser entendida apenas como requisito individual para a mobilidade acadêmica e passou a integrar a própria estratégia de internacionalização das universidades brasileiras. Segundo as autoras, políticas linguísticas e políticas de internacionalização devem ser concebidas de maneira articulada, uma vez que a circulação internacional do conhecimento depende diretamente da capacidade institucional de formar sujeitos aptos a participar de ambientes científicos multilíngues.

Entretanto, como observa (Guimarães, 2020), essa articulação ainda se apresenta de forma desigual entre as universidades federais brasileiras. Ao analisar políticas linguísticas institucionais e planos de internacionalização, o autor identifica que muitas instituições não possuem uma política linguística formalizada e, quando essa existe,

frequentemente permanece concentrada na promoção da língua inglesa. Ainda nesse sentido, (Ponte ,2022) destaca que:

A posição hegemônica do inglês nesses espaços foi sendo construída ao longo do século XX e responde a tensões e relações de poder que estão muito além dos muros das universidades. Trata-se de uma posição de status permeada por uma ideologia linguística que promove a ilusão –sustentada por um sólido imaginário global –de que uma única língua –supostamente “neutra” e “globalizada” –no campo da ciência é fundamental para “unir” pesquisadores ao redor do mundo promovendo diálogo e intercomunicação. (Ponte, 2022. P.15)

Tal cenário demonstra que a escolha das línguas promovidas pelas universidades está longe de representar uma decisão exclusivamente pedagógica, refletindo prioridades institucionais, relações de poder e diferentes projetos de inserção internacional.

Essa perspectiva aproxima os estudos sobre internacionalização do campo da Política Linguística, ao reconhecer que as línguas também constituem recursos estratégicos nas relações entre Estados. Conforme observa (Ponte, 2022), a distribuição e a difusão das línguas acompanham as relações de poder político e econômico estabelecidos no âmbito dos sistemas de avaliação e acreditação internacionais. Dessa forma, a expansão internacional de uma língua dificilmente decorre apenas de sua utilidade comunicativa, estando frequentemente associada a projetos estatais de influência, integração e projeção internacional.

Quando Estados, instituições ou grupos sociais intervêm deliberadamente sobre o uso, o ensino ou as funções atribuídas a uma língua, está-se diante do que a literatura denomina política e planejamento linguístico. Conforme destaca Cooper (1989), o termo planejamento linguístico foi inicialmente introduzido por Haugen, em 1959: "the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community" (Cooper, 1989, p. 29)³. No entanto, após debates e diferentes definições acerca do tema o autor traz própria definição sua definição enquanto: “deliberate efforts to influence the behavior of others with respect to the acquisition, structure, or functional allocation of their language codes.”⁴ (Cooper 1989, p.45).

³ “A atividade de preparar ortografia, gramática e dicionários normativos para guiar os escritores e falantes em uma comunidade de fala não homogênea” (tradução nossa)

⁴ “os esforços deliberados para influenciar o comportamento de outras pessoas com respeito à aquisição, estrutura ou à designação funcional de seus códigos linguísticos.” (tradução nossa)

Os estudos sobre política linguística inicialmente se debruçavam sobre os supostos problemas linguísticos de nações africanas recém independentes, pois vários desses países possuíam diversas línguas (seja a dos colonizadores europeus) ou de suas diversas etnias, durante o início do século XX, o multilinguismo era percebido enquanto um problema e por isso, se seguiam ideais linguísticos do século XIX como a premissa de uma língua, uma nação.

Nesse sentido, (Cooper, 1989) articula sua tipologia em torno de três modalidades centrais de planejamento linguístico: O planejamento de *corpus*, o planejamento de *status* e o planejamento de aquisição.

Primariamente, o planejamento de *corpus* refere-se às intervenções realizadas sobre a estrutura interna da língua, abrangendo aspectos como padronização, normatização ortográfica, elaboração gramatical, ampliação do vocabulário e modernização terminológica. Em outras palavras, trata-se de definir como a língua será organizada e apresentada aos seus usuários, especialmente em contextos nos quais coexistem variedades linguísticas ou sistemas de escrita (Cooper, 1989).

Um exemplo desse tipo de planejamento de *corpus* pode ser observado no processo de padronização linguística ocorrido na China após a fundação da República Popular, em 1949. As reformas implementadas nesse período buscaram consolidar uma variedade comum para um país caracterizado por ampla diversidade linguística (no caso chinês o da população Han que são o grupo étnico majoritário do país). Como resultado desse processo, a variedade denominada *Putonghua* (普通话, *Pǔtōnghuà*) foi oficialmente instituída como língua comum do Estado. Conforme observa (Balestro, 2025), "como resultado, uma variedade linguística chamada 普通话 (*Pǔtōnghuà*) se firma como oficial no contexto multilíngue chinês e cresce ao passo que a população adota a língua padronizada eleita como oficial do país" (p. 29).

O planejamento de *status*, por sua vez, refere-se às funções sociais, políticas e institucionais atribuídas a uma determinada língua ou variedade linguística. Diferentemente do planejamento de *corpus*, que intervém sobre a estrutura da língua, o planejamento de *status* busca definir os espaços em que essa língua será utilizada e reconhecida, estabelecendo, por exemplo, quais idiomas serão oficiais, empregados na administração pública, adotados no sistema educacional ou utilizados como meios de comunicação institucional (Cooper, 1989).

O caso chinês ilustra essa dimensão do planejamento linguístico. Paralelamente ao processo de padronização do *Putonghua*, o governo chinês atribuiu a essa variedade o *status* de língua oficial do Estado, ampliando progressivamente sua utilização na administração pública, no sistema educacional e nos meios de comunicação. Embora a China seja caracterizada por ampla diversidade linguística, a institucionalização do *Putonghua* como língua oficial conferiu-lhe uma posição privilegiada em relação às demais variedades, consolidando seu papel como instrumento de integração nacional. Em escala internacional, fenômeno semelhante pode ser observado com a língua inglesa, cuja consolidação como língua franca da ciência resulta não apenas de sua ampla utilização, mas também do *status* político, econômico e acadêmico adquirido ao longo do século XX (Finardi; Guimarães, 2016).

A terceira dimensão proposta por Cooper (1989) corresponde ao planejamento de aquisição, voltado às estratégias destinadas a ampliar o número de usuários de uma determinada língua.

Um exemplo de planejamento de aquisição nesse contexto foi após a reforma linguística para unificação de um só idioma na China, foi a adoção de um sistema romanizado de escrita do mandarim chamado de Pīnyīn na busca de facilitar o aprendizado e a difusão internacional do mandarim. O sistema de romanização foi desenvolvido por um comitê governamental da República Popular da China o qual estabeleceu 58 símbolos para a representação dos ideogramas. Esse sistema foi aprovado pelo governo do país em 11 de fevereiro de 1958.

Nessa perspectiva, o foco desloca-se da língua para seus falantes, abrangendo políticas relacionadas ao ensino, à formação de professores, à produção de materiais didáticos e às condições de aprendizagem. Trata-se, portanto, do conjunto de ações pelas quais Estados e instituições procuram influenciar quem aprenderá determinada língua, em quais contextos ela será ensinada e quais públicos serão alcançados por sua difusão.

Entre as três dimensões propostas por Cooper, o planejamento de aquisição assume especial relevância para esta pesquisa. Isso porque a promoção internacional de uma língua ocorre, em grande medida, por meio de políticas voltadas à sua aprendizagem, seja pela criação de programas educacionais, seja pelo estabelecimento de centros de ensino e cooperação linguística em outros países. É justamente nessa perspectiva que a expansão internacional do mandarim pode ser compreendida, não apenas como um fenômeno educacional, mas como uma estratégia de política linguística articulada à projeção internacional da China.

Nessa perspectiva, a expansão internacional de uma língua ultrapassa o campo educacional e passa a integrar projetos nacionais de política externa, diplomacia cultural e cooperação internacional. Cooper (1989) aponta ainda que o planejamento linguístico é de maneira corriqueira conduzido para a obtenção de finalidades não linguísticas, o ensino da língua representa, portanto, apenas uma das manifestações de um processo mais amplo de política e planejamento linguístico.

Diante desse cenário, a promoção internacional do mandarim passou a depender não apenas do fortalecimento econômico e político da China, mas também da construção de mecanismos institucionais capazes de ampliar sua oferta em diferentes países. É nesse contexto que surgem os Institutos Confúcio e, posteriormente, as Salas Confúcio, concebidos como instrumentos de cooperação educacional e de difusão internacional da língua e da cultura chinesas. Mais do que centros de ensino de idiomas, essas instituições representam um dos principais mecanismos por meio dos quais a política linguística chinesa se materializa no cenário internacional, tema que será discutido na seção seguinte.

3.2 A expansão do mandarim e a presença dos Institutos Confúcio e Salas Confúcio enquanto agentes de política linguística e *soft power* chinês.

O idioma chinês, em sua variedade padrão (Putonghua), constitui a língua oficial da República Popular da China e também é reconhecido como uma das línguas oficiais de Taiwan e de Cingapura, onde coexiste com outros idiomas oficiais. Na China continental, o Putonghua é utilizado como língua da administração pública, do sistema educacional e dos meios oficiais de comunicação, desempenhando papel central na integração linguística de um país marcado por ampla diversidade étnica e linguística. Atualmente, o mandarim é a língua com o maior número de falantes nativos do mundo, estimados em aproximadamente 920 milhões de pessoas.

Entretanto, a crescente presença internacional do mandarim não pode ser compreendida apenas a partir do número de seus falantes. Sua expansão acompanha um movimento mais amplo de fortalecimento da presença internacional da China nas últimas décadas, período em que o país ampliou significativamente sua influência econômica, política, científica e tecnológica. Nesse contexto, a promoção da língua chinesa passou a integrar um conjunto mais amplo de estratégias voltadas à projeção internacional do país, reconhecendo a língua como um importante instrumento de aproximação cultural, cooperação acadêmica e fortalecimento das relações internacionais.

Conforme observa (Balestro, 2024), esse movimento intensificou-se especialmente a partir da década de 1990, quando o governo chinês passou a investir de forma mais sistemática na construção de uma imagem positiva da China no exterior, após os acontecimentos da Praça da Paz Celestial, de 1989⁵, o país buscou ampliar seus mecanismos de inserção internacional não apenas por meio do crescimento econômico, mas também através da diplomacia cultural e educacional. Nesse sentido (Nye, 2023) endossa que:

O conceito de “*soft power*” também passou a integrar a linguagem oficial da China. Em seu discurso principal no 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), realizado em 15 de outubro de 2007, Hu Jintao afirmou que o PCC deve “fortalecer a cultura como parte do *soft power* do nosso país, a fim de melhor garantir os direitos e interesses culturais básicos da população”. (Nye, 2023. P.103 tradução nossa.)

Nesse processo, a promoção internacional do mandarim passou a ocupar posição estratégica, onde a China busca um novo *status* para que sua língua melhor se adeque no cenário mundial, sendo compreendida, junto aos aspectos culturais, como um dos principais instrumentos de aproximação entre a China e diferentes países.

A materialização dessa estratégia, no entanto, já havia iniciado alguns anos antes, sobretudo, por meio da criação dos Institutos Confúcio enquanto política linguística de divulgação e aquisição da língua Chinesa, segundo (cooper, 1989) podemos compreender os institutos enquanto respostas ao planejamento de aquisição da língua por parte da china. O primeiro fruto dessa nova política linguística chinesa é estabelecido no ano de 2004 na cidade de Tashkent, capital do Uzbequistão, esse Instituto Confúcio é implantado como experiência piloto voltada à promoção internacional da língua e da cultura chinesas. Poucos meses depois, em 21 de novembro do mesmo ano, foi inaugurado, na cidade de Seul, na República da Coreia, o primeiro Instituto Confúcio oficialmente reconhecido, marcando o início de um processo de expansão que, nas décadas seguintes, alcançaria universidades e instituições de ensino em diferentes regiões do mundo.

Desde sua criação, os Institutos Confúcio foram concebidos como instrumentos de cooperação educacional e diplomacia cultural, tendo como objetivos centrais promover o ensino do mandarim, difundir a cultura chinesa e fortalecer o diálogo intercultural entre a China e os países parceiros materializando assim, uma política linguística de difusão internacional da língua (Cooper, 1989). Conforme destaca (Gil,

⁵ Em 1989, a Praça da Paz Celestial, em Pequim, foi palco de grandes manifestações lideradas principalmente por estudantes onde o governo mobilizou tropas e tanques para reprimir os protestos, resultando em um massacre com um grande número de mortos.

2017), a criação dessas instituições integrou uma estratégia explícita de projeção internacional da China. Já (Joseph Nye, 2023) ao debater o *soft power* e a expansão do mandarim aponta que a língua não substitui automaticamente o inglês, mas passa a disputar espaços funcionais em nichos específicos da globalização, sobretudo os ligados a comércio, investimento, cooperação acadêmica e relações empresariais. Essa coexistência é reforçada por análises recentes que destacam o aumento da procura pelo mandarim como língua de negócios e como habilidade valorizada no mercado de trabalho (Paulino, 2019), justamente porque a língua acompanha o peso econômico da China no cenário internacional buscando um *status* (Cooper, 1989) de maior prestígio no cenário mundial.

Para alcançar seus objetivos, a China, através dos Institutos Confúcio, desenvolve um conjunto de ações voltadas à promoção internacional da língua e da cultura chinesas. Entre elas, destacam-se a oferta de cursos de mandarim, a formação de professores, a aplicação dos exames oficiais de proficiência (*Hanyu Shuiping Kaoshi* – HSK), a produção de materiais didáticos e a realização de atividades culturais, acadêmicas e de intercâmbio. Essas iniciativas ampliam a cooperação educacional entre universidades, fortalecem as relações sino-brasileiras e contribuem para a formação de estudantes, pesquisadores e profissionais aptos a atuar em um contexto de crescente aproximação entre Brasil e China.

Diferentemente de outros centros de difusão linguística e cultural, principalmente europeus, como A aliança Francesa (França) e Instituto Cervantes (Espanha) e Goethe (Alemanha), a implantação de um Instituto Confúcio pressupõe o estabelecimento de uma parceria formal entre uma instituição de ensino superior do país anfitrião e uma universidade chinesa. Esse modelo de cooperação universitária evidencia que a expansão internacional do mandarim ocorre, prioritariamente, por meio das universidades, ou seja, no âmbito do sistema educativo oficial dos países, reforçando o papel da educação superior como espaço estratégico para a internacionalização da língua e consequentemente conferindo um *status* específico no fortalecimento das relações acadêmicas entre a China e os países parceiros.

No Brasil, a implantação dos Institutos Confúcio teve início em 2008, acompanhando o aprofundamento das relações diplomáticas, econômicas e educacionais entre os dois países. A primeira unidade foi inaugurada pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em parceria com a Universidade de Hubei (Paulino, 2019), marcando o início da presença institucional do programa no país. No mesmo ano, a Universidade

de Brasília (UnB) firmou acordo com a sede do Instituto Confúcio, representada pelo embaixador Chen Duqing, estabelecendo uma segunda unidade voltada à promoção do mandarim e ao intercâmbio cultural. Esses primeiros acordos inauguraram uma rede de cooperação universitária que, nos anos seguintes, seria ampliada para outras instituições brasileiras.

Ao longo da década de 2010, observa-se uma expansão significativa dos Institutos Confúcio em universidades localizadas em diferentes regiões do Brasil, especialmente em instituições que desenvolvem atividades nas áreas de Letras, Relações Internacionais e Estudos Orientais (Xu; Nascimento, 2026). Esse movimento evidencia que a promoção do mandarim passou a integrar, de maneira mais consistente, as estratégias de internacionalização de diversas universidades brasileiras, articulando ensino de línguas, cooperação acadêmica e aproximação institucional com universidades chinesas.

A expansão ocorreu de forma gradual, acompanhando o fortalecimento das relações sino-brasileiras. Em 2012, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com a *Communication University of China*, inaugurou seu Instituto Confúcio com atuação voltada ao ensino de mandarim, à aplicação dos exames oficiais de proficiência e à realização de atividades culturais. No ano seguinte, a Universidade de Pernambuco (UPE) passou a sediar o primeiro Instituto Confúcio da região Nordeste e o único classificado como Instituto Confúcio Modelo Global no Brasil, ampliando suas atividades para projetos de pesquisa, eventos acadêmicos e ações voltadas às relações sino-brasileiras.

O processo de expansão prosseguiu nos anos seguintes. Entre 2014 e 2015, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) estabeleceu parceria com o então Hanban, atualmente Fundação Chinesa para Educação Internacional, e com a *Beijing Jiaotong University*, implantando um Instituto Confúcio que, além da promoção da língua e da cultura chinesas, passou a desenvolver ações de cooperação em áreas como economia, comércio e tecnologia. Em 2019, a Universidade Federal do Ceará (UFC) tornou-se a décima instituição brasileira a sediar um Instituto Confúcio, em parceria com a Universidade de Nankai, reforçando sua política de internacionalização por meio da oferta de cursos de mandarim, exames de proficiência, programas de mobilidade acadêmica e atividades interculturais.

A consolidação dessa rede demonstra que os Institutos Confúcio passaram a constituir mecanismos permanentes da política linguística e de cooperação universitária entre Brasil e China. Por meio dessas parcerias, universidades brasileiras passaram a

incorporar o ensino do mandarim às suas estratégias de internacionalização, ao mesmo tempo em que ampliaram oportunidades de intercâmbio, pesquisa e aproximação institucional com universidades chinesas.

De acordo com o levantamento realizado por (Xu e Nascimento, 2026), a atuação atual dos Institutos Confúcio e de suas unidades vinculadas no Brasil distribui-se da seguinte forma:

Institutos e salas Confúcio em funcionamento no Brasil e suas respectivas universidades parceiras na China (2008–2026).

Ano de criação do IC	Instituições brasileiras	Estado	Instituições chinesas	Província
2008	Universidade Estadual Paulista	São Paulo	Hubei University	Hubei
2008	Universidade de Brasília	Brasília	Dalian University of Foreign Languages	Liaoning
2011	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Hebei University	Hebei
2012	Fundação Armando Álvares Penteado	São Paulo	University of International Business and Economics	Beijing
2012	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Communication University of China	Beijing
2013	Universidade de Pernambuco	Pernambuco	Central University of Finance and Economics	Beijing
2013	Universidade Federal de Minas Gerais	Minas Gerais	Huazhong University of Science and Technology	Hubei
2014	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Beijing Jiaotong University	Beijing
2016	Universidade do Estado do Pará	Pará	Shandong Normal University	Shandong
2018	Universidade Federal Fluminense	Rio de Janeiro	Hebei Normal University	Hebei
2019	Universidade Federal do Ceará	Ceará	Nankai University	Tianjin
2022	Universidade Federal de Goiás	Goiás	Tianjin Foreign Studies University; Hebei University of Chinese Medicine	Tianjin, Hebei

2022	Universidade Federal da Paraíba	Paraíba	Dalian University of Foreign Languages	Liaoning
2023	Universidade Federal da Bahia	Bahia	Shanghai University	Shanghai
2023	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Zhejiang International Studies University	Zhejiang
2026	Universidade Estadual do Piauí	Piauí	Fujian Normal University (FNU)	Fujian

Elaborado pelo Autor. (2026)

Os dados apresentados na Tabela acima evidenciam a expansão gradual da rede de Institutos Confúcio no Brasil entre 2008 e 2026. Observa-se que a implantação dessas unidades ocorreu prioritariamente em universidades públicas, distribuídas por diferentes regiões do país, embora com maior concentração nas regiões Sudeste e Nordeste. Também se verifica que cada Instituto resulta de uma parceria formal entre uma instituição brasileira e uma universidade chinesa, reforçando o caráter interinstitucional dessa política linguística.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade das universidades chinesas envolvidas nessas parcerias. Embora diferentes instituições participem da rede, observa-se a recorrência de universidades especializadas no ensino de línguas estrangeiras, comunicação e cooperação internacional, evidenciando que a expansão do mandarim ocorre por meio de uma estratégia institucional coordenada, articulando ensino de língua, intercâmbio acadêmico e cooperação científica.

Entre as instituições que passaram a integrar essa rede encontra-se a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que estabeleceu, em 2022, parceria com a *Dalian University of Foreign Languages* para implantação de uma *Chinese Language Classroom*. A inserção da UFPB nesse movimento de expansão constitui o contexto específico desta pesquisa, uma vez que permite analisar como a promoção do mandarim vem sendo incorporada às estratégias de internacionalização de uma universidade pública brasileira.

Conforme destacam (Balestro, 2024) e (Xu e Nascimento, 2026), embora o ritmo de expansão dos Institutos Confúcio tenha diminuído nos últimos anos, o Brasil permanece como o país latino-americano com o maior número de iniciativas vinculadas ao ensino da língua chinesa, considerando tanto os Institutos Confúcio quanto as Salas Confúcio. Esse dado evidencia que, mesmo após o período de maior crescimento da rede,

a cooperação educacional sino-brasileira continua ocupando posição de destaque na estratégia chinesa de promoção internacional do mandarim.

Quanto ao modelo de implementação dessas iniciativas, conforme observa Gil (2017), os Institutos Confúcio e as Salas Confúcio operam segundo uma lógica *demand-driven*, isto é, sua criação ocorre a partir da manifestação de interesse da própria instituição estrangeira. Em outras palavras, essas unidades não são implantadas unilateralmente pelo governo chinês, mas resultam de demandas apresentadas por universidades que identificam a necessidade de fortalecer sua política de internacionalização por meio da oferta do mandarim, sobre a participação das universidades junto aos institutos Confúcio, (Xu e Nascimento, 2026. P.06) destacam:

Para as universidades participantes, o IC é ao mesmo tempo uma forma de internacionalização pelo seu modo operante único que conecta as instituições de ensino nacionais e internacionais. Essa internacionalização amplia as redes colaborativas que sustentam a expansão de programas existentes e a criação de novos programas, ambos gerando oportunidades de ensino, pesquisa e serviços para seus envolvidos.

Esse modelo evidencia que a expansão internacional da língua chinesa decorre da convergência de interesses entre universidades chinesas e instituições de ensino superior dos países parceiros, preservando a autonomia institucional na definição de suas políticas acadêmicas e linguísticas, além de um espaço para construção mútua do conhecimento.

Uma mudança significativa no âmbito administrativo dos Institutos Confúcio ocorreu em 2020, quando a coordenação deixou de ser responsabilidade do Hanban, órgão anteriormente vinculado ao Ministério da Educação da China, passando a ser exercida pela *Chinese International Education Foundation* (CIEF). Constituída por universidades, empresas e organizações sociais chinesas, a fundação passou a coordenar a rede internacional de Institutos Confúcio, assumindo funções relacionadas à celebração dos acordos de cooperação, ao acompanhamento das parcerias institucionais e ao apoio aos programas de ensino internacional do mandarim. Segundo (Xu e Nascimento, 2026), essa reorganização buscou diversificar as fontes de financiamento, ampliar a transparência administrativa e conferir maior flexibilidade ao funcionamento da rede internacional.

No campo do ensino, uma das principais inovações introduzidas nesse período foi a criação das *Online Chinese Language Classrooms*, modalidade implementada durante a pandemia de Covid-19 e posteriormente incorporada às estratégias permanentes de internacionalização da língua chinesa. A oferta de cursos em ambiente virtual ampliou o alcance das ações de cooperação linguística e permitiu que universidades passassem a integrar a rede mesmo sem a estrutura tradicional de um Instituto Confúcio. No Brasil, as

primeiras experiências nesse formato foram desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujos cursos passaram a ser ofertados integralmente em ambiente virtual.

A experiência da UFPB insere-se, portanto, nesse movimento mais amplo de expansão da política linguística chinesa em universidades brasileiras. Entretanto, compreender a implantação da *Chinese Language Classroom* na instituição exige considerar as especificidades do contexto universitário local, especialmente as políticas de internacionalização, os instrumentos normativos voltados à política linguística institucional e os acordos de cooperação estabelecidos entre a UFPB e universidades chinesas. É justamente esse percurso que será analisado no capítulo seguinte.

4 A EXPANSÃO DO MANDARIM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

4.1 A política de internacionalização da UFPB

Conforme discutido anteriormente, a intensificação da globalização ampliou as demandas para que as instituições de ensino superior incorporassem dimensões internacionais e interculturais às suas atividades. Embora a instituição já desenvolvesse diversas ações anteriormente (Cf. Nóbrega, 2023) a internacionalização teve um maior destaque após a criação da Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI) que possui diversas atribuições voltadas para a internacionalização.

Uma das atribuições iniciais da Agência de Cooperação Internacional a instituição de uma resolução de internacionalização de forma a dialogar com o edital CAPES PrInt edital nº41/2017 publicado em novembro de 2017. O CAPES PrInt surge com o objetivo de selecionar projetos institucionais de internacionalização de instituições de ensino superior com o objetivo de “fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas”, (CAPES, 2017 p.01).

De acordo com o Edital nº 41/2017, para participarem do Capes Print, as IES tinham que: (I) submeter um Projeto Institucional de Internacionalização (PII) por meio de um proponente, denominado gestor (obrigatoriamente um Pró-Reitor (a) de Pós-Graduação da instituição, ou titular de posição análoga conforme a estrutura institucional), o qual deveria ter vínculo empregatício permanente com a Instituição, não podendo ter vínculo temporário; (II) ter ao menos 4 PPGs *stricto sensu* recomendados pela CAPES na avaliação trienal de 2013 e na avaliação quadrienal de 2017; e (III) ter

um Plano Institucional de Internacionalização com vigência que abrangesse o período do PII proposto.

Nesse contexto, no ano de janeiro de 2018, através da resolução CONSUNI nº 44/2018 a UFPB foi estabelecida a Agência de Cooperação Internacional, em substituição à antiga Assessoria de Assuntos Internacionais (AAI) sendo essa uma iniciativa relevante para política de internacionalização da UFPB, que surgiria alguns meses depois não só pelo diálogo com o edital CAPES, mas também para os futuros projetos de cooperação uma vez que essa mudança não se restringiu à nomenclatura do órgão, pois inseriu a cooperação internacional em uma estrutura encarregada de coordenar acordos, mobilidade, parcerias e outras ações de internacionalização. Para esta pesquisa, o surgimento e atuação da ACI nos ajuda a compreender a posterior implantação das iniciativas relacionadas ao mandarim que ocorreram no âmbito dessa estrutura institucional.

Nesse sentido, um outro aspecto que é necessário destaque enquanto inerente à internacionalização da UFPB é o estabelecimento da própria resolução nº06/2018 em abril de 2018 que institui a política de internacionalização da UFPB e será analisada adiante. A publicação dessa resolução ocorre dentro de um contexto nacional de reorientação das políticas de internacionalização do ensino superior, marcado pelo programa CAPES PrInt.

A Resolução nº 06/2018, por sua vez, surge como principal documento normativo da política de internacionalização da UFPB. Para fins de análise, sua leitura foi organizada a partir de três eixos relacionados ao problema desta pesquisa a saber: a formação em línguas estrangeiras, a promoção de culturas estrangeiras e a articulação entre internacionalização e política linguística. Esses eixos permitem examinar se a posterior oferta do mandarim encontra respaldo nas diretrizes institucionais estabelecidas pela universidade.

Iniciamos a análise da resolução 06º/2018 com um dos trechos fundamentais onde que orientam o documento, associando-o diretamente a institucionalização da política de internacionalização às transformações produzidas pela globalização:

CONSIDERANDO que essa nova realidade [internacionalização] reconhecida e almejada pela UFPB requer imperativa preparação para as demandas emergentes, de modo a tornar a educação superior, ensino básico, técnico e tecnológico, especialmente a pós-graduação, responsiva quanto aos desafios impostos pela globalização econômica, com implicações sociais, políticas e culturais, respeitados os diferentes estágios e necessidades de

internacionalização dos cursos e programas acadêmicos da UFPB (UFPB, 2018. p.01)

O trecho demonstra que a UFPB concebe a internacionalização como uma resposta institucional às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais associadas à globalização ao. À luz de Jane Knight (2020), percebemos uma formulação de internacionalização enquanto integração de dimensões internacionais, interculturais e globais às funções da educação superior, e não como ação pontual ou meramente mobilizadora de convênios. Para isso, a resolução atribui destaque especial à pós-graduação, acompanhando a orientação predominante das políticas nacionais de internacionalização instituídas, sobretudo, pelo programa CAPES PrInt que buscava: “estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; 1.2.3. Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas.” (CAPES, 2017, p. 12).

Conforme (Ferreira, 2025), esse deslocamento da graduação e centralidade em programas de pós-graduação decorre da uma maior inserção dos programas *stricto sensu* em redes internacionais de pesquisa, publicação e avaliação acadêmica sendo consequência de metodologias de avaliação da capes onde programas de pós-graduação que busquem atingir os mais altos conceitos como CAPES 6 e 7 precisam de um volume robusto de produções acadêmicas ligadas a redes de comunicação e produção globais.

Entre os objetivos previstos no artigo 4º, os incisos I e V são especialmente relevantes para nosso trabalho porque reconhecem a formação linguística como dimensão constitutiva da internacionalização institucional:

I – Internacionalizar o ensino de graduação e de pós-graduação, pela atualização e flexibilização curricular, adoção de práticas de ensino cosmopolitas e pelo uso de ambientes virtuais de aprendizagem, **permitindo o conhecimento sobre outras culturas e priorizando o suporte linguístico a docentes e estudantes da UFPB, pela adoção de componentes curriculares e/ou cursos ministrados em línguas estrangeiras, de modo a alcançar níveis de proficiência linguísticas adequados;** (UFPB, 2018. p. 05, grifo nosso.)

V – **Propor Planos de Política Linguística, em consonância com os pressupostos da internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, de modo a promover a competência linguística e intercultural do corpo discente, de servidores docentes e técnico administrativos da UFPB e de gestores, consolidando e fortalecendo a qualidade para o ensino e aprendizagem de idiomas como estratégia de**

internacionalização e de promoção da interculturalidade; (UFPB, 2018. p.05, grifo nosso.)

Os incisos I e V evidenciam que o processo de internacionalização institucional da UFPB permeia diversos ambientes de construção de aprendizagem, bem como contempla não somente os discentes, mas também todo o corpo docente e técnico da UFPB. À luz de (Jane Knight, 2020), percebemos uma formulação de internacionalização enquanto integração de dimensões internacionais, interculturais e globais às funções da educação superior, e não como ação pontual ou meramente mobilizadora de convênios. No entanto, no corpo do mesmo documento, ao elencar suas definições de indicadores no capítulo V as formas de mensuração são extremamente quantitativas, e Knight (2020) alerta para o risco de a internacionalização ser reduzida apenas a metas instrumentais e indicadores de desempenho.

Sob a perspectiva de (Cooper, 1989), os incisos demonstram exemplos de planejamento de aquisição, pois preveem intervenções destinadas a ampliar a aprendizagem e o uso de línguas estrangeiras entre diferentes segmentos da comunidade universitária. Desse modo, a política de internacionalização da UFPB estabelece uma base normativa para que novos idiomas sejam incorporados às ações de ensino, extensão e cooperação acadêmica e nessa seara se insere o mandarim. Além de formular objetivos gerais, a resolução estabelece estratégias específicas para a difusão de línguas e culturas estrangeiras. Entre elas, destacam-se os seguintes incisos:

- VII –apoio a ações de extensão que promovam tanto a difusão das línguas como das culturas estrangeiras na comunidade acadêmica da UFPB;
- XVI –adoção de política permanente de estímulo de aprendizagem em línguas estrangeiras;
- XIX –incentivar a divulgação internacional de editais e outras chamadas, assim como processos seletivos, **em língua estrangeira, principalmente em inglês e espanhol;**

(UFPB, 2018. p. 7 e 8. Grifo nosso)

Os incisos VII e XVI demonstram que a resolução atribui caráter permanente à promoção de línguas estrangeiras e à difusão de culturas internacionais. Essas ações por sua vez, correspondem ao planejamento de aquisição descrito por Cooper (1989), pois procuram ampliar as oportunidades de aprendizagem e os espaços institucionais de circulação de diferentes línguas.

O inciso XIX, entretanto, aponta uma hierarquia, onde o documento traz, pela primeira vez, explicitamente quais línguas serão preferencialmente promovidas, nesse caso o inglês e o espanhol. A predominância do inglês acompanha sua posição hegemônica e desfruta de seu *status* na internacionalização acadêmica, enquanto a presença do espanhol pode ser entendida enquanto um ponto positivo na resolução, pois está relacionada à inserção regional da universidade no contexto latino-americano, nesse sentido, o documento não exclui outras línguas, mas também não explicita estratégias concretas para sua incorporação. Nesse cenário, a posterior oferta do mandarim representa uma diversificação das línguas contempladas pelas ações institucionais.

O capítulo VI do documento versa sobre o campo de abrangência das ações e programas de internacionalização, a entre eles destacamos os seguintes incisos:

- IX – atenção especial para a questão da formação linguística, com oferta de cursos em língua estrangeira para brasileiros e cursos em língua portuguesa para estrangeiros na estrutura curricular da graduação e da pós-graduação;
- X – consolidação e ampliação das ações do Programa Idiomas sem Fronteiras, ou de programas congêneres na UFPB;
- XI – fortalecimento e ampliação dos programas de leitorado em línguas estrangeiras. (UFPB, 2018. p. 09)

O inciso IX prevê uma oferta de língua estrangeira para brasileiros na estrutura curricular da graduação e pós-graduação. No curso de Relações Internacionais, por exemplo, o plano curricular anterior, de 2011, ainda contemplava as disciplinas optativas de Inglês e Francês aplicados aos negócios internacionais, o que representava, ainda que de forma limitada, uma tentativa de articular formação linguística e formação profissional na área internacional. Na reformulação curricular de 2024, entretanto, essas disciplinas foram retiradas da grade, e o novo plano pedagógico não contempla nenhum componente que estabeleça diálogo direto com o ensino de línguas estrangeiras. Por isso, embora esse inciso evidencie uma intenção institucional coerente com a política de aquisição linguística (Cooper, 1989), sua efetividade real fica comprometida quando cursos estrategicamente relacionados ao debate sobre internacionalização e inevitavelmente línguas estrangeiras, como Relações Internacionais, retrocedem em vez de avançar na oferta formal de línguas. É possível constatar, portanto, que capacitação e educação linguística ainda ocupam um lugar periférico na universidade, ganhando algum espaço

nos dispositivos legais, mas permanecendo à margem dos esforços palpáveis em prol dos processos de internacionalização.

Por fim, o capítulo VII traz como tema o uso das línguas estrangeiras em documentos oficiais, desse capítulo, para nossa análise, trazemos os seguintes artigos:

Art. 9o As disciplinas dos programas de pós-graduação poderão ser ministradas em língua estrangeira desde que autorizadas pelo colegiado do programa.

Art. 10. Os trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e de programas de pós-graduação (monografias, dissertações e teses) poderão ser redigidos e defendidos em português, inglês, francês e espanhol, ou em outro idioma, a critério do colegiado do curso/programa, contanto que contemplem título, resumo e palavras-chave em português e em inglês. (UFPB, 2018. p. 9 e 10)

Ao determinar quais usos de línguas estrangeiras permearão as funções docentes e administrativas o documento explicita qual política linguística está sendo adotada por parte da universidade e embora o texto reconheça várias línguas, a exigência de título, resumo e palavras-chave em português e inglês mostra que o inglês continua ocupando posição privilegiada, o que mantém certa hierarquia linguística mesmo dentro de uma proposta multilíngue. Conforme explicitado anteriormente, a formalização de uma política de internacionalização prevê a proposição de um plano de política linguística para instituição, documento esse que foi idealizado e publicado através de uma resolução que será analisada na sessão seguinte.

4.2 A política linguística institucional da UFPB

A Resolução nº 15/2020 da Universidade Federal da Paraíba institui a Política Linguística da UFPB em 27 de outubro de 2020, enquanto resposta à necessidade de educação linguística da comunidade acadêmica, e a necessidade de articular a política institucional de línguas às diretrizes de internacionalização da universidade e às políticas federais de fomento de internacionalização em particular à rede ANDIFES ISF⁶. Seu objetivo geral é estruturar, no plano institucional, ações de ensino, pesquisa, extensão e

⁶ A Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras tem como objetivos propiciar a formação inicial e continuada de professores de idiomas para atuarem em processos de internacionalização; promover o desenvolvimento de proficiência linguística de estudantes, docentes e técnicos, de professores de idiomas da rede pública de educação básica, e de estrangeiros (em língua portuguesa), contribuindo para o desenvolvimento de uma política linguística para o país; bem como fomentar o trabalho em rede para o desenvolvimento de políticas linguísticas no ensino superior brasileiro.

gestão voltadas ao ensino-aprendizagem de línguas, à ampliação da proficiência linguística. O Documento também menciona aspectos importantes como a valorização da diversidade linguística e dos direitos humanos linguísticos.

A leitura da resolução foi organizada a partir de quatro eixos relacionados à pergunta de pesquisa: a concepção institucional de política linguística, os princípios de diversidade linguística, os mecanismos de ampliação da oferta de línguas e a distribuição das responsabilidades pela implementação dessas ações. Esses eixos permitem avaliar em que medida o documento cria condições para a inserção do mandarim nas estratégias de internacionalização da UFPB. Os artigos iniciais definem o alcance da Política Linguística da UFPB e estabelecem os princípios que orientam sua implementação:

Art. 1º Instituir a Política Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

Art. 2º Política linguística na Universidade Federal da Paraíba se refere às iniciativas que visam a influenciar o comportamento linguístico em relação **aos usos de diferentes línguas** (maternas, segundas, estrangeiras, adicionais, de acolhimento, de sinais), aos processos voltados à **educação linguística** e à garantia dos direitos humanos linguísticos em consonância com o caráter democrático da universidade brasileira.

Art. 3º São princípios da Política Linguística da Universidade Federal da Paraíba:

I - o **acesso ao ensino de línguas em todos os âmbitos da universidade;**

II - o desenvolvimento de letramentos acadêmicos;

III - o respeito à diversidade linguística;

IV - a difusão nacional e internacional das produções científica, artística e cultural da

UFPB;

V - o acesso, a autonomia e a participação de pessoas com deficiência visual e/ou auditiva. (UFPB, 2020, p. 02, grifo nosso)

Ao observarmos os parágrafos acima podemos perceber que há uma aproximação de uma perspectiva, multilíngue, na medida em que os artigos reconhecem a coexistência e a circulação de diferentes repertórios linguísticos no espaço universitário. Também dialoga com a ideia de internacionalização como integração de dimensões internacionais, interculturais e globais ao propósito, às funções e à oferta da educação superior, conforme formulado por (Knight, 2020). Ao não restringir a política ao ensino de uma única língua hegemônica, a resolução abre espaço para uma visão mais plural da internacionalização e para a inserção de línguas adicionais em função de demandas institucionais e geopolíticas específicas, sobre a descentralização em torno de uma só língua e uma construção plurilíngue (Oliveira, 2015) traz que:

O processo de descentralização econômica e, em menor intensidade, política, que envolve países em desenvolvimento, demanda novas interações entre os países. Sob essa perspectiva, a aprendizagem dos idiomas de todos os países

envolvidos no processo de internacionalização deve ser estimulada, uma vez que o aprendizado da língua é muito mais complexo do que uma mera tradução de palavras. A língua traz consigo a compreensão da cultura e do conhecimento de determinada sociedade e esse aprofundamento intercultural favorece, no caso do Brasil, a divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior. (Oliveira, 2015. c 07)

No artigo Art. 4º Constituem-se objetivos da Política Linguística da UFPB: no inciso temos diversos incisos que corroboram para a construção:

II – Contribuir para o aumento da proficiência linguística da comunidade acadêmica em português e em diferentes línguas;

VIII – Incentivar, fomentar e ampliar ações que visem à oferta de componentes curriculares em cursos de graduação e pós-graduação, de minicursos e de outras

iniciativas de ensino, pesquisa e extensão realizadas em línguas estrangeiras;

X – Incentivar a criação de um órgão suplementar destinado ao desenvolvimento da política e planejamento linguísticos em âmbito institucional;

XI – Incentivar a ampliação de usos de diferentes línguas na apresentação oral e escrita de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses;

XV – Promover, fomentar e ampliar ações que visem à produção de materiais didáticos para o ensino de línguas;

XVI – Promover, fomentar e ampliar ações que visem ao desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação para o ensino e aprendizagem de línguas. (UFPB, 2020. p. 03 grifo nosso)

Verbos como incentivar, contribuir, promover, fomentar e ampliar denotam as intenções da UFPB quanto ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras configurando o que (Knight, 2020) aponta enquanto diplomacia do conhecimento que é o processo estratégico pelo qual a educação superior internacional, a pesquisa e a inovação são mobilizadas para construir e consolidar relações internacionais, fundamentadas em princípios de cooperação, reciprocidade e benefícios compartilhados, indo além de uma mera extensão do *soft power* enquanto política estatal. Essa concepção enfatiza a articulação entre instituições de ensino superior (IES) e agendas diplomáticas, posicionando o conhecimento como instrumento central para enfrentar desafios globais, fomentar redes colaborativas e promover a mobilidade acadêmica e científica em contextos multilaterais.

Nesse sentido, a política da instituição também dialoga com a crítica de (Finardi, 2017) ao monolinguismo acadêmico, ao valorizar o ensino de diferentes línguas, a circulação de textos em outros idiomas e a produção de materiais didáticos multilíngues, a resolução reconhece que a internacionalização não se esgota na adoção de uma só língua, mas exige condições institucionais para múltiplas línguas e para a construção de

experiências interculturais mais amplas e nessa construção se insere a adoção do mandarim.

E no Art. 6º: demonstra a autonomia não só das IES, mas de seus centros e departamentos, trazendo uma flexibilidade e permitindo que novos atores ingressem para ações de promoção de política linguística.

As ações de Política Linguística da UFPB poderão ser elaboradas e implementadas por Pró-Reitorias, Departamentos, Coordenações de Graduação e Pós-Graduação, dentre outras instâncias internas, desde que estejam em consonância com as diretrizes desta Resolução. (UFPB, 2018. p. 05)

Ao analisarmos a Política Linguística e a resolução de internacionalização da UFPB percebemos que ambas demonstram que a internacionalização institucional não se restringe à celebração de acordos internacionais, mas depende da construção de mecanismos internos capazes de promover a capacitação linguística e cultural da comunidade acadêmica, mobilizando para isso diversas frentes em seu planejamento de aquisição (Cooper, 1989). Ainda que o documento não tenha sido elaborado especificamente para a expansão do mandarim, suas diretrizes criam respaldo institucional para a incorporação de novas línguas às estratégias de internacionalização da universidade a seção seguinte busca narrar um pouco das ações efetivadas no campo do planejamento linguístico para promoção e expansão do mandarim enquanto na UFPB.

4.3 Ações de cooperação, promoção do mandarim e planejamento linguístico entre UFPB e China.

Após a análise da Política de Internacionalização e da Política Linguística da UFPB, esta seção examina de que maneira essas diretrizes passaram a ser operacionalizadas por meio de ações concretas de cooperação internacional com instituições chinesas. Para isso, são analisados os acordos de cooperação firmados pela universidade e as iniciativas deles decorrentes relacionadas ao ensino de mandarim, à promoção da cultura chinesa e à mobilidade acadêmica.

De acordo com as informações disponibilizadas no portal da Agência de Cooperação Internacional (ACI), a UFPB mantém atualmente sete acordos de cooperação vigentes com instituições chinesas:

- 1- DALIAN UNIVERSITY OF FOREIGN LANGUAGES (Geral) – 2024
- 2- NINGBO UNIVERSITY (Geral) – 2025
- 3-SHANGHAI ASTRONOMICAL OBSERVATORY, CHINESE ACADEMY OF SCIENCES (Geral) – 2025
- 4- UNIVERSIDADE NORMAL DE HEBEI (Geral) – 2023
- 5- UNIVERSIDADE DE LIAONING (Geral) – 2022
- 6- RESEARCH INSTITUTE OF CHINA ELECTRONICS TECHNOLOGY GROUP CORPORATION (Geral) – 2025
- 7-CONTINENTAL HAN FENG NETWORK TECHNOLOGY (PEQUIM) CO (específico) – 2026

Esse conjunto de instrumentos evidencia que a cooperação entre a UFPB e instituições chinesas extrapola o ensino de línguas, abrangendo também áreas relacionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação. Contudo, em função dos objetivos desta investigação, a análise concentra-se nos acordos diretamente vinculados à política linguística institucional e à promoção do ensino de mandarim, especificamente aqueles firmados com a Dalian University of Foreign Languages (Acordo 1) e com a Continental Han Feng Network Technology (Beijing) Co. (Acordo 7).

Durante o levantamento documental, observou-se ainda uma particularidade no acordo celebrado com a Universidade de Liaoning (Acordo 5). Diferentemente dos demais instrumentos analisados, esse documento não apresenta versão em língua portuguesa, estando disponível apenas em inglês e mandarim. Embora esse aspecto não interfira diretamente nos objetivos da pesquisa, ele evidencia diferenças na forma de disponibilização da documentação institucional referente às parcerias internacionais.

O acordo com a Universidade de Dalian permeia o ensino de mandarim na UFPB que teve início no ano de 2022 como parte de um planejamento linguístico associado à internacionalização da universidade. Conforme noticiado em website da ACI⁷:

A UFPB, através da Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI) e o Instituto de Estudos Linguísticos e Culturais da UFPB (InELC), ofertam um Curso online de Mandarim. O curso é uma ação decorrente do acordo de

⁷ Disponível em: <https://www.ufpb.br/aci/contents/menu/cooperacao/curso-online-de-mandarim>

cooperação firmado entre a UFPB e a Universidade de Dalian de Línguas Estrangeiras (DUFL - China) e tem o objetivo de apresentar a língua chinesa na comunidade brasileira, explorando assim mais oportunidades para promover intercâmbios entre os povos dos dois países.

Sob a perspectiva das políticas linguísticas e da internacionalização do ensino superior, a inserção do ensino de mandarim na UFPB configura-se como uma estratégia de cooperação internacional que transcende a oferta de um novo idioma. Trata-se de uma iniciativa voltada à ampliação do repertório linguístico da comunidade acadêmica e à criação de condições institucionais para o fortalecimento da mobilidade estudantil, da cooperação científica e do intercâmbio acadêmico com instituições chinesas. Após a oferta inaugural do curso, realizada em 2022, a UFPB passou a disponibilizar, de forma contínua, turmas correspondentes aos níveis I, II, III e IV de mandarim, ministradas na modalidade remota sob a coordenação da Agência de Cooperação Internacional (ACI) e do Instituto de Línguas Estrangeiras e Cultura (InELC)⁸. As ofertas permanecem vinculadas ao acordo de cooperação firmado com a Dalian University of Foreign Languages (DUFL), sendo destinadas gratuitamente à comunidade, com carga horária entre 30 e 40 horas por nível e processos seletivos realizados semestralmente por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Abaixo segue um quadro com o quantitativo de estudantes matriculados para o período de 2026.1 do InELC.

Idioma	Quantitativo total de estudantes
Inglês	190
Coreano	41
Espanhol	31
Francês	57
Libras	15
Mandarim	283

Fonte: dados do InELC elaborado pelo autor. (2026)

⁸ O Instituto de Estudos Linguísticos e Culturais surge de um projeto de docentes do CCHLA e tem como objetivo primordial contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento de línguas, literaturas e culturas, por meio de uma estrutura voltada para o desenvolvimento da política e planejamento linguísticos no âmbito da instituição. Compreende programas, projetos e ações que possibilitem o acesso da comunidade acadêmica a diferentes línguas e culturas em diferentes espaços.

Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/inelc/apresentacao/>

Embora atualmente o mandarim conte com o maior número de estudantes vinculados no âmbito do InELC, não podemos fazer uma associação em relação à oferta e demanda, pois, por ser oferecido apenas em modalidade online e aberto à toda comunidade, o curso encontra uma maior facilidade para sua matrícula, no entanto, pela dificuldade da língua é o curso que também conta com o maior número de desistências, mas pelo quantitativo de alunos, podemos perceber a alta demanda pelo curso na comunidade da UFPB.

No âmbito da ampliação das ações de difusão da língua e da cultura chinesas, o InELC instituiu o programa Mandarin Kids, destinado a crianças de 7 a 12 anos instituindo duas turmas experimentais ainda no ano de 20225. O projeto oferece aulas presenciais aos sábados e adota uma abordagem lúdica para o ensino da língua e da cultura chinesa, além disso, já conta com docentes vinculados à UFPB, sendo estudantes bolsistas de graduação que participam através de editais específicos.

Outro desdobramento relevante dessa cooperação refere-se à concessão de bolsas de estudo pela Dalian University of Foreign Languages para participação em cursos de verão de língua e cultura chinesas realizados na China. As bolsas são destinadas a estudantes da UFPB selecionados com base em critérios acadêmicos e contemplam despesas de hospedagem e transporte interno durante o período de formação. Essa iniciativa amplia as oportunidades de mobilidade internacional e evidencia que o ensino de mandarim, no contexto da UFPB, está articulado a estratégias mais amplas de internacionalização, favorecendo a circulação acadêmica, o fortalecimento das redes de cooperação e a aproximação institucional entre Brasil e China.

Nesse sentido, quando falamos de planejamento linguístico, é importante destacar que para além do aspecto linguístico, uma das formas de promover o país é através da cultura.

Assim como os marqueteiros, os planificadores linguísticos devem reconhecer, identificar ou desenvolver produtos pelos quais o consumidor ideal se sentirá atraído. Para ser realmente competitiva, uma língua, principalmente quando na posição de língua estrangeira, tem que se vender como produto através de meios adequados para seduzir o público. (Ponte, 2013. p. 133).

Por isso, outro aspecto importante quando pensamos no planejamento de aquisição (Cooper, 1989) e que também é fruto do acordo com a universidade de Dalian é o Festival da China realizado pela UFPB. A primeira edição foi realizada entre 3 e

5 de fevereiro de 2023, organizado pela ACI/UFPB em parceria com o Governo da Paraíba, DUFL (*Dalian University of Foreign Languages*), IFPB, Embaixada e Consulado da China. O evento foi apresentado como um dos pioneiros no Nordeste, gratuito e aberto ao público, com abertura no Teatro Pedra do Reino e programação na Usina Cultural Energisa⁹.

Desde então, o festival que promove a cultura chinesa começou a ser realizado de maneira anual e já conta com sua quinta edição, tendo sido a última realizada no em março 2026 integrando também o ano cultural Brasil-China. A programação do evento traz sempre uma mistura atrações chinesas e paraibanas: apresentações musicais e de dança (incluindo dança dos leões), oficinas de Tai Chi, Kung Fu, caligrafia, paper cutting, lanternas, culinária chinesa, cinema chinês, exposições fotográficas, contação de histórias, horóscopo, C-dramas, e roupas tradicionais.

Uma outra ação de promoção da língua chinesa dentro da comunidade, quando pensamos nos pilares de ensino, pesquisa e extensão, foi o intercâmbio oferecido junto através do suporte da UFPB junto ao governo do Estado da Paraíba através do programa conexão mundo. Inicialmente, este seria o objeto inicial de pesquisa, pois quando pensamos o programa conexão mundo que é um programa voltado à intercâmbios para alunos da educação básica, este tem a premissa de melhorar o nível de proficiência linguística dos estudantes nos idiomas ofertados, a priori, inglês e espanhol. Ao ofertar o mandarim que não está presente na grade dos estudantes, percebemos uma nova visão em relação ao *status* da língua em questão no Estado da Paraíba. A iniciativa inovadora, foi anunciada em janeiro de 2024 a Agência de Cooperação Internacional, em parceria com os coordenadores do Projeto Conexão Mundo e do Centro de Línguas da Paraíba (CELIN-PB), da Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB), estruturaram um curso de mandarim destinado a estudantes do Ensino Médio da Rede Estadual. O curso, que foi ofertado pela UFPB¹⁰ na modalidade híbrida, com aulas entre abril e agosto, contou com a participação de seis professores-tutores e teve como propósito desenvolver habilidades linguísticas em mandarim e abordar aspectos culturais da China, preparando os 50 estudantes participantes para o intercâmbio na Xi'an International Studies University, na província

⁹ <https://www.ufpb.br/aci/contents/noticias/aci-ufpb-anuncia-programacao-completa-do-festival-cultural-da-china>

¹⁰ <https://www.ufpb.br/aci/contents/noticias/conexao-mundo-e-ufpb-definem-detalle-do-curso-de-mandarim-para-estudantes-que-farao-intercambio-na-china>

de Shaanxi que foi realizado durante o ano de 2025 fortalecendo o aspecto linguístico da presença do mandarim em âmbito estadual.

Conforme argumentam (Lunardi et al. 2019), uma política linguística institucional diversa constitui um dos pilares para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, ao observarmos as ações da UFPB e a internacionalização em casa compreendemos que o contato com línguas e culturas estrangeiras seja incorporado ao cotidiano universitário, ampliando as possibilidades de interação intercultural e de participação da comunidade acadêmica em uma sociedade cada vez mais globalizada.

Para além disso, as relações de cooperação estabelecidas entre a UFPB e instituições chinesas não se restringem ao campo das políticas linguísticas. Elas também abrangem iniciativas voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, evidenciando que a internacionalização ocorre de maneira transversal às diferentes áreas do conhecimento. Um exemplo dessa cooperação é a participação da UFPB no projeto do radiotelescópio BINGO, instalado no município de Aguiar, no interior da Paraíba. O empreendimento reúne instituições brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), além de universidades chinesas, entre elas a Shanghai Jiao Tong University e a Yangzhou University, contando ainda com a colaboração de instituições da Alemanha e dos Países Baixos.

A dimensão estratégica desse projeto ultrapassa o âmbito estritamente científico, inserindo-se também nas disputas geopolíticas contemporâneas em torno da produção de conhecimento e do desenvolvimento tecnológico. Em 2026, o radiotelescópio foi mencionado em um relatório produzido por órgãos norte-americanos, que levantou hipóteses sobre possíveis aplicações de uso dual da tecnologia empregada. Segundo a reportagem:

Como o CESTNCRI está profundamente integrado à base industrial de defesa da China, as aplicações tecnológicas mais amplas desses sistemas de observação do espaço profundo podem ter capacidades de uso dual para inteligência militar, consciência situacional espacial (SSA) e rastreamento de alvos não cooperativos", diz o relatório dos EUA. (G1 PARAÍBA, 2026, online)

Independentemente dessas interpretações, o episódio evidencia que as parcerias acadêmicas entre universidades brasileiras e chinesas estão inseridas em um contexto internacional marcado por disputas geopolíticas, nas quais ciência, tecnologia e

cooperação internacional assumem crescente relevância estratégica. No que se refere especificamente às políticas linguísticas, merece destaque o Acordo Específico de Cooperação firmado entre a UFPB e a Continental Han Feng Network Technology (Beijing) Co. (Acordo nº 7). Por se tratar de um instrumento recentemente celebrado, ainda não foram identificadas ações concretas decorrentes de sua implementação. Todavia, a análise de seu conteúdo revela que a língua chinesa constitui o eixo central da cooperação estabelecida entre as instituições.

O acordo prevê o fornecimento de professores de língua chinesa e o compartilhamento de recursos didáticos voltados ao ensino do idioma. A instituição parceira é responsável pelo desenvolvimento de plataformas educacionais digitais destinadas ao ensino de chinês para estudantes de diferentes países, disponibilizando atualmente centenas de cursos on-line voltados à aprendizagem da língua e da cultura chinesas. Ao estabelecer formalmente que a UFPB poderá ofertar cursos de língua chinesa, contar com docentes especializados e utilizar plataformas digitais para atividades presenciais e remotas, o acordo materializa diretrizes previstas na Política Linguística institucional, especialmente aquelas relacionadas à ampliação do acesso ao ensino de línguas estrangeiras e ao fortalecimento da internacionalização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, o documento regulamenta aspectos operacionais da cooperação, definindo responsabilidades das partes quanto à seleção e ao envio de professores visitantes, às condições de trabalho, ao apoio para obtenção de vistos, ao fornecimento de alojamento e às garantias relativas à remuneração e aos direitos trabalhistas. Esses dispositivos evidenciam que a parceria transcende a mera oferta de cursos, estabelecendo bases institucionais para a consolidação de uma política de cooperação acadêmica de médio e longo prazo voltada ao fortalecimento do ensino de mandarim na UFPB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação das relações econômicas, políticas, científicas e culturais entre Brasil e China contribui para uma mudança progressiva na visibilidade da língua chinesa no contexto brasileiro. Se anteriormente o mandarim ocupava posição periférica nas políticas de formação linguística, o aprofundamento das relações bilaterais passou a produzir novas demandas de comunicação, cooperação e formação intercultural. A presente pesquisa partiu da questão de como a expansão do mandarim enquanto política de difusão promovida pelo estado chinês vem se inserindo nas estratégias de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba. Lançando um olhar a partir de suas políticas linguísticas, os acordos de cooperação acadêmica com instituições chinesas e as ações de ensino, extensão, mobilidade e promoção cultural desenvolvidas no período recente.

Quando observamos a política de Internacionalização da UFPB, documento institucionalizado no ano de 2018, através da análise percebemos que a universidade passou a reconhecer uma formação linguística e intercultural como dimensão necessária e inerente à sua inserção internacional. Embora o documento traga uma certa hierarquia linguística ao priorizar o inglês e, em menor medida, o espanhol, suas disposições não estabelecem uma lista fechada de idiomas e isso cria uma abertura normativa para a incorporação de outras línguas às atividades acadêmicas e nessa seara se insere o mandarim.

Ao analisarmos o documento disposto no ano de 2020 que institui a resolução que de política linguística da UFPB conseguimos perceber um aprofundamento nessa abertura ao reconhecer diferentes línguas, prever ações de formação, ampliar seus possíveis usos acadêmicos. O documento é um avanço no sentido, pois como um contraponto em relação ao documento de internacionalização, o documento não menciona línguas em específico, mas pauta pela diversidade linguística, principalmente ao permitir que outras instâncias desenvolvam iniciativas próprias, permite que a universidade tenha autonomia para “abraçar” novas línguas.

Ao pensarmos nesse movimento sob os pilares da criação de uma política linguística segundo Cooper podemos observar que os documentos analisados estabelecem condições para ações de planejamento de aquisição, ao preverem a ampliação da aprendizagem e do número de usuários de diferentes línguas, planejamento de *status*, ao adotar uma nova língua, e ampliarem seus possíveis usos nos pilares de ensino pesquisa e extensão, a universidade estabelece uma nova valoração à língua. No caso do mandarim,

percebemos que isso ocorre através dos acordos firmados com instituições chinesas, acordos esses que trouxeram ações concretas como o oferecimento de turmas do mandarim, o festival da China e o mandarim para crianças são exemplos das diversas ações analisadas que demonstram uma ampliação progressiva dos públicos, dos espaços e das funções atribuídas à língua, os dados coletados em relação à quantidade expressiva de alunos matriculados no curso de mandarim ofertado pela instituição pode ser interpretada como uma nova percepção do idioma e consequente nova atribuição de *status* à língua chinesa, seja por interesses profissionais ou culturais.

Os resultados obtidos permitem responder à nossa pergunta de pesquisa de “como a expansão do mandarim se materializa nas estratégias de internacionalização da Universidade Federal da Paraíba”, pois observamos que o mandarim se insere nas estratégias de internacionalização da UFPB por meio da articulação entre cooperação internacional, formação linguística, extensão, mobilidade acadêmica e promoção cultural. Nesse quesito, a língua passa a funcionar tanto como objeto de aprendizagem quanto como instrumento de aproximação acadêmica com instituições chinesas e conforme destacado no capítulo três sobre a presença do mandarim nas instituições brasileiras o modelo de implantação da língua chinesa ocorre apenas dentro das universidades e isso por si só, demonstra uma convergência de interesses entre China e a universidade parceira. A presença dessa nova língua além de representar uma “diversidade”, traz também uma série de novas oportunidades para a comunidade acadêmica. É importante salientar também que essa diversificação não implica substituir a centralidade do inglês por uma nova dependência linguística ou geopolítica, mas ampliar os repertórios, os parceiros e as possibilidades de produção e circulação do conhecimento.

Do ponto de vista geopolítico a e da crescente relevância da China nas relações internacionais, onde se ventilam ideias como alternativa à hegemonia americana, século XXI sendo o século da China etc. a ampliação da formação em mandarim cria condições para interações que não dependam exclusivamente das línguas tradicionalmente associadas ao eixo euro-americano. Conforme destacamos ao longo do trabalho, sob a ótica econômica, embora dentro de relações assimétricas, a China permanece como principal parceiro comercial do Brasil e absorve grande parte das exportações brasileiras, o que reforça a importância estratégica das relações sino-brasileiras.

Para além do aspecto econômico, à medida que se aprofundaram os laços de amizade entre Brasil e China, abriu-se um contexto especialmente favorável à atuação de diferentes agentes de política linguística, que passaram a encontrar na relação bilateral

um terreno profícuo não apenas para difundir a língua chinesa, mas também para projetar a pluralidade cultural e histórica de um país marcado por grande complexidade e riqueza simbólica (BALESTRO, 2024). Nesse sentido, do ponto de vista cultural nas relações sino-brasileiras, é estratégico para China também a mudança de percepção em relação à cultura e aos costumes. Nesse aspecto, observa-se que a o país tem investido de maneira consistente em estratégias de difusão simbólica e cultural, de forma a diminuir estereótipos. Se nas décadas de 1990 e 2000, a presença chinesa no imaginário brasileiro era frequentemente associada a produtos de baixo custo, falsificados ou genéricos, marcados por expressões como “made in China” e “xing-ling”, atualmente observamos a tecnologia chinesa como avanço de competitividade e qualidade, como no caso dos carros elétricos. No cenário de produção cultural observa-se também uma reorganização significativa dessa percepção. Ao exportar, por exemplo, músicas, filmes e novelas a china segue uma dinâmica que dialoga com experiências já consolidadas em outros contextos asiáticos, como o caso sul-coreano com os K-pop e K-dramas. No cenário brasileiro, esse movimento também se manifesta, por exemplo, na crescente circulação dos chamados C-pop em referência à música chinesa, e os doramas que já são expressão já incorporada ao léxico da língua portuguesa pela Academia Brasileira de Letras em 2023, com o sentido de obras audiovisuais seriadas produzidas no Leste e Sudeste Asiático.

Ao mesmo tempo, a promoção internacional da língua e da cultura chinesas precisa ser analisada criticamente. Por questões de limitação temporal, não os trouxe, mas dentro das pesquisas há debates internacionais sobre os limites do *soft power*; riscos relacionados à falta de transparência, à assimetria das relações, ao controle de conteúdo e a possíveis restrições à liberdade acadêmica em determinadas parcerias vinculadas ao Estado chinês (Cf. Martinelli, 2020). Nesse sentido, (Nye, 2023) também defende que o conceito de *soft power* que foi estabelecido ainda na década de 90 já não é mais tão adequado, por exemplo, para debater as relações chinesas contemporâneas. Para além disso, há a necessidade de analisar o processo de internacionalização da UFPB pensando em recursos, gestão interna, equipe e como esses aspectos que são intrinsecamente ligados fazem parte do processo e ajudam à atingir metas propostas nos planos de desenvolvimento institucionais da universidade.

Por fim, dentro do espectro acadêmico, a pesquisa apresenta limitações decorrentes da indisponibilidade de parte dos acordos no site da ACI e da concentração da análise em documentos e notícias institucionais. Embora concebidos inicialmente

quando pensamos no objeto de pesquisa, não foram realizadas entrevistas com gestores, professores, estudantes ou representantes das instituições parceiras o que trouxe limitações quanto aos resultados da pesquisa.

Ao acenamos para o futuro, novas pesquisas na temática poderão expandir o o conhecimento construído bem como o objeto de pesquisa ao trazer novos aspectos como analisar a experiência dos participantes, outras IES e suas respectivas políticas de internacionalização, formação dos professores-tutores e os efeitos da mobilidade acadêmica para a vida profissional dos participantes.

REFERÊNCIAS

ALT BACH, Philip G.; REISBERG, Liz; RUMBLEY, Laura E. **Trends in global higher education: tracking an academic revolution: a report prepared for the UNESCO 2009 World Conference on Higher Education**. Paris: UNESCO, 2009.

Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183219>. Acesso em: 26 fev. 2026

AMORIM, Gabriel Brito. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação**. 2020. 211 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

BALESTRO, Ana Cristina. **A promoção da cultura e da língua chinesa no Brasil: uma ponte entre dois países**. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) UFF.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Internacionalização da educação superior: instituições e diplomacia do conhecimento. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 22, n. 54, p. 22-44, maio/ago. 2020.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/104425>.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: Política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília, FUNAG, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/CAPES. Portaria nº 220, de 3 de novembro de 2017. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. **Diário Oficial da União**. Edição 2014. Seção 1. Página 20. 08 nov. 2017.

CASTRO, Ana Célia; LOUREIRO, Márcia (org.). **Brasil e China 50 anos: trajetória e perspectivas**. ed. Brasília: FUNAG, 2024.

COOPER, Robert L. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

DENG, Xiaoping. Discurso do Presidente da Delegação da República Popular da China, Deng Xiaoping, na sessão especial da assembleia geral da ONU. Abril, 1974.

DE WIT, Johannes Wilhelmus Maria. **Internationalisation of higher education in the United States of America and Europe: a historical, comparative and conceptual analysis**. 2001. Tese. Universiteit van Amsterdam, Amsterdam, 2001. Disponível em: https://pure.uva.nl/ws/files/3024668/11283_Thesis.pdf. Acesso em: 4 mar. 2026.

DE WIT, Hans; ALTBACH, Philip G. Internationalization in higher education: global trends and recommendations for its future. *Policy Reviews in Higher Education*, v. 5, n. 1, p. 28-46, 202.

DE WIT, Hans. O futuro da internacionalização do ensino superior em contextos globais desafiadores. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 538-545, jul./set. 2020. DOI: 10.20396/etd.v22i3.8659471. [de-wit.pdf](#)

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432 p. Tradução de Sandra Regina Netz.

FERREIRA, R. B. A internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil: desafios e oportunidades no século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xsR88MWvBCgdLv84TQTyqPk/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2026

FINARDI, Kyria ;GUIMARÃES, Felipe; SANTOS, Jane Meri. A relação entre línguas estrangeiras e o processo de internacionalização: evidências da Coordenação de Letramento Internacional de uma Universidade Federal. *Interfaces Brasil/Canadá*. Canoas, v. 16, n. 1, 2016, p. 233-255.

FINARDI, Kyria Rebeca; ARCHANJO, Renata. Reflections on internationalization of education in Brazil. In: **INTERNATIONAL BUSINESS AND EDUCATION CONFERENCE**, 2015, Nova Iorque. International Business and Education Conference Proceedings. Nova Iorque: Clute Institute, 2015. v. 1. p. 504-510

GIL, Jeffrey. **Soft power and the worldwide promotion of Chinese language learning: the confucius institute project**. Bristol: Multilingual Matters, 2017.

GUIMARÃES, Felipe Furtado. ***Internacionalização e multilinguismo: uma proposta de política linguística para universidades federais***. 2020. Tese. UFES. 2020.

Disponível: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_aa21b8a1c51c2e2891bebed9f012627d. Acesso em: 1 abr. 2026.

KAPFUDZARUWA, Farai. Internationalization of higher education and emerging national rationales: comparative analysis of the global north and south. ***Higher Education Policy***, v. 38, p. 493-522, 2025.

KHOMYAKOV, Maxim; DWYER, Tom; WELLER, Wivian. Internacionalização da educação superior: excelência ou construção de redes? Do que os países do BRICS precisam mais? ***Sociologias***, Porto Alegre, ano 22, n. 54, p. 120-143, maio/ago. 2020

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da Educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed.; e-book/Jane Knight – São Leopoldo: Oikos, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa Documental. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174-183.

LEITE, Alexandre César Cunha. Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento integrado como diretrizes da política externa brasileira: uma análise do plano de ação conjunta Brasil-China. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 1, n. 2, p. 67-85, 2013. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/2196>. Acesso em: 12 jul. 2026.

LEITE, D., & GENRO, M. E. H. (2012). Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina? Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, 17(3), 763-785.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**, 2016. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

MARTINELLI, Marina. **A dinâmica da ciência e da tecnologia nos intercâmbios entre Brasil e China: o caso dos Institutos Confúcio no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

MOREIRA, Larissa Cristina Dal Piva. **Análise do processo de internacionalização universitária entre países emergentes: estudo de caso do Brasil com os demais países membros dos BRICS durante os Governos Lula e Dilma**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) — UFRS, Porto Alegre, 2018.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182390> Acesso em: 4 mar. 2026.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. **Educar**, (28), 107–124. Editora UFPR. (2006)

MOROSINI, M.C. **Guia para a internacionalização universitária** – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2019. 265 p

NÓBREGA, Gilmar de Lima. **Financiamento da educação superior e políticas de internacionalização na Universidade Federal da Paraíba**. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

NYE, Joseph S. **Soft power and great-power competition: shifting sands in the balance of power between the United States and China**. Singapura: Springer, 2023. p. 101-108. (China and Globalization).

OLIVEIRA, Juliana S. **A Internacionalização da educação superior nas relações internacionais do Brasil: o caso do programa Ciência sem Fronteiras**. 2015. 32f. Artigo de especialização (Especialização em relações internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília.

PAULINO, Luís Antonio. O papel dos Institutos Confúcio no Brasil durante o período 2008-2018: a experiência do Instituto Confúcio na Unesp. *Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, [s. l.], 2019.

PONTE, Andrea Silva. Experiências glotopolíticas de uma universidade brasileira. *Revista Digital de Políticas Lingüísticas*, Año 14, Vol. 17, p. 1-14, dez. 2022.

PONTE, Andrea Silva. As línguas no espaço da Educação Superior: entre monolinguismos reais e imaginados. *De línguas, ideologias e práticas: políticas linguísticas e gestão de línguas no Cone Sul*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2024.

PONTE, Andrea Silva. **General, globalizada, neutra, panhispánica y transnacional: la lengua, muchos nombres, un producto**. 2013. Tese (Doutorado em Letras) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA, R. A. (2024). DIPLOMACIA ACADÊMICA E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO. *Revista Arte* v21, p.47-65

Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/arte21/article/view/458> acesso em: 26fev. 2026

SANTOS, F.S. e Filho, N.D (2012). **A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora da UNB

SILVA, Ana Carolina Braga; FRUTUOSO, Bruna E Imprensa da **A relação bilateral Brasil-China no governo Lula – 2003 a 2011**. Relações Exteriores, [s.d.]. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/relacao-bilateral-brasil-china/>. Acesso em: 17 maio 2026.

SILVA, O. F. A.; ASSIS, R. J. S.; MADUREIRA, C. P.; JUNIOR, J. O. A. GEOPOLÍTICA SINO-BRASILEIRA: ACORDOS BILATERAIS, TROCAS COMERCIAIS ASSIMÉTRICAS E REPRIMARIZAÇÃO NO BRASIL PÓS CRISE (2008-2024). *Revista Ciência e Sustentabilidade*, Juazeiro do Norte, V.8, Nº1, p.113-132, jan./jun. 2024.

SPOSITO, Italo Beltrão. **Introdução aos métodos de pesquisa em relações internacionais**. 1. ed. - Palmas, TO: EDUFT, 2023. 134p.

SPIC BRASIL. **China Brasil: 50 anos de diplomacia – novas rotas para um novo tempo.** [S.l.]: SPIC Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.spicbrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/08/BRASIL-CHINA-Internet.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2026.

SOUSA, Rafael Eduardo Santana de. **O lugar das línguas nos processos de internacionalização das universidades federais brasileiras.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras-Espanhol) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB. **Instituto de Estudos Linguísticos e Culturais - InELC, Quem somos?.** Disponível em:

<https://cchla.ufpb.br/inelc/contents/menu/quem-somos>. Acesso em: 02 de julho de 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB. **Resolução CONSUNI nº 06/2018, Agência UFPB de Cooperação Internacional (ACI/UFPB). (2018)** Disponível em:<https://www.ufpb.br/aci/contents/documentos/resolucoes/ResoluoCONSUNI062018.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2026.

Universidade Federal da Paraíba. Conselho Universitário. **Resolução no08/2021, de 15 de setembro de 2021. Aprova o Regimento Interno do Instituto de Estudos Linguísticos e Culturais (InELC) da Universidade Federal da Paraíba.** (2021) Disponível em:

https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2021155135542134850569e6a9e1c24da/Res._08.2021_Consuni.pdf

Acesso em: 02 de julho de 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Universitário. **Resolução nº 15/2020, de 27 de outubro de 2020. Regulamenta a Política Linguística da Universidade Federal da Paraíba.** (2020)

Disponível em:

<https://www.ufpb.br/cia2/wp-content/uploads/sites/79/sites/236/2024/11/RESOLUCAO-QUE-INSTITUI-A-POLITICA-LINGUISTICA-NA-UFPB.pdf>

Acesso em: 02 de julho de 2026.

XU, Kerou; NASCIMENTO, Ademir Macedo. Cooperação Internacional Educacional entre o Brasil e a China a partir dos Institutos Confúcio. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 12, p. 1-26, 2026. DOI: 10.20396/riesup.v12i00.8676216.